

HT-29

HELENA FRANCISCO GASPAR

IFLOMA E GESTÃO DE TERRAS EM MESSICA

Manica (1980-1998)

Dissertação Apresentada em Cumprimento Parcial dos Requisitos Exigidos para a Obtenção
do Grau de Licenciatura em História da Universidade Eduardo Mondlane

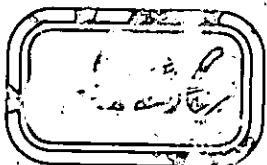
SUPERVISOR: Prof. Doutor ARLINDO G. CHILUNDO

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Maputo, 1999



| | |
|--------------------|----------------|
| F. LETRAS D. E. C. | |
| R. E. | _____ |
| DATA | ____/____/____ |
| ADMISSÃO | _____ |

Helena Francisco Gaspar

IFLOMA E GESTÃO DE TERRAS EM MESSICA

Manica (1980-1998)

DiSSERTAÇÃO Apresentada em Cumprimento Parcial dos Requisitos Exigidos para a Obtenção do
Grau de Licenciatura em História da Universidade Eduardo Mondlane.

Supervisor: Prof. Doutor Arlindo Chilundo.

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS

CURSO DE HISTÓRIA

Maputo, 1999.

332.54 (679)
G249i 04

| |
|-----------------------|
| F. LETRAS U.E.M. |
| R. E. 27419 |
| DATA 13 Dezembro 1999 |
| ADMISSÃO oferta |
| COTA HT-29 |

DECLARAÇÃO

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau acadêmico, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

AGRADECIMENTOS

Expresso os meus sinceros agradecimentos à todos que de alguma forma contribuíram para transformar este sonho em realidade, principalmente aos docentes do curso de História pelos conhecimentos científicos proporcionados durante o curso, e à fundação Ford pela disponibilização de fundos para o financiamento do presente trabalho.

Agradecimento especial vai para um docente muito especial, pelo qual deposito muito respeito e admiração, o meu supervisor Prof. Doutor Arlindo Chilundo, pelos conhecimentos científicos proporcionados ao longo do curso e pela supervisão do trabalho desde a construção do objecto de pesquisa até à elaboração do trabalho de licenciatura.

Aos informadores chaves residentes em Messica e na cidade de Manica, vão também os meus sinceros agradecimentos pela colaboração e pelo apoio prestado.

Agradecimento especial vai para as minhas queridas irmãs, Gina, Anabela, Sandra, Prud, meu irmão Cláudio, meus cunhados Tinga e Fotinho que, apesar de distantes, sempre estiveram presentes com a compreensão e apoio moral prestado.

Aos meus melhores amigos Evelina Sambane, António Francisco Raposo, Domingos Zambo e Benigno Tundumula, pelos quais deposito muito respeito e admiração, pelo apoio moral prestado nos momentos mais difíceis do percurso.

Finalmente, um agradecimento muito especial vai para um mulher muito especial, a minha querida mãe, dona Teresa Domingos Machambisse, minha fonte de inspiração, pelo apoio moral e material prestado ao longo de toda a minha carreira estudantil.

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO..... | 1 |
| 1. INTRODUÇÃO..... | 1 |
| 2. JUSTIFICAÇÃO..... | 2 |
| 3. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO..... | 6 |
| 4. LIMITAÇÕES DO TRABALHO DE PESQUISA..... | 9 |
| 5. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA..... | 10 |
| CAPÍTULO II : CARACTERÍSTICAS GERAIS DE MESSICA..... | 17 |
| 1. SITUAÇÃO GEOGRÁFICA..... | 17 |
| 2. PRINCIPAIS GRUPOS POPULACIONÁIS E SUAS CARACTERÍSTICAS..... | 19 |
| 3. ANTECEDENTES HISTÓRICOS..... | 20 |
| 3.1. Período colonial (1942-1975)..... | 21 |
| 3.2. Período pós-independência (1975-1998)..... | 25 |
| CAPÍTULO III: MIGRAÇÕES..... | 31 |
| CAPÍTULO IV: TERRAS..... | 37 |
| 1. EVOLUÇÃO DA HISTÓRIA DO ACESSO E USO DE TERRAS..... | 37 |
| 2. FORMAS DE ACESSO E POSSE DE TERRAS (1990-1999)..... | 43 |
| 3. CONFLITOS DE TERRAS (1992-1995)..... | 49 |
| 4. RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DE TERRAS..... | 51 |
| CAPÍTULO V: ECONOMIA CAMPONESA..... | 55 |
| 1. PRODUÇÃO FAMILIAR E PRODUÇÃO FLORESTAL..... | 55 |
| 2. RELAÇÕES DE GÊNERO (1995-1998)..... | 61 |
| 3. SEGURANÇA ALIMENTAR..... | 59 |
| 4. A CRISE DA PRODUÇÃO FAMILIAR E O DECLÍNEO DO PODER DA IFLOMA (1994-1999)..... | 63 |
| CONCLUSÕES..... | 67 |
| RECOMENDAÇÕES..... | 69 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 70 |

ÍNDICE DOS ANEXOS

ANEXO 1- MAPAS, GUIÃO DAS ENTREVISTAS E DOCUMENTOS OFICIAIS

ANEXO 2 - POPULAÇÃO

ANEXO 3 - TERRAS

ANEXO 4 - MEIO AMBIENTE

Resumo

Este estudo, realizado no Posto administrativo de Messica situado 30 km à leste da cidade de Manica, ao longo do corredor da Beira, retrata fundamentalmente a história de socialização rural deste País durante a década de 1980, e prolonga-se deliberadamente para a década de 1990 para abranger um marco histórico e cronológico que permita a compreensão do processo no seu conjunto.

O trabalho, constituído de cinco capítulos, tem como objecto de estudo a análise do impacto das actividades da IFLOMA (Indústrias Morestais de Manica. E.E.) sobre as populações locais, particularmente no que diz respeito ao acesso e uso de terras e florestas. A metodologia de investigação consistiu na realização de pesquisa bibliográfica, trabalho de campo que foi realizado através do emprego do método de entrevista semi-estruturada, observação e cartografia.

O primeiro capítulo contém a introdução, a metodologia de investigação e a revisão bibliográfica; o segundo apresenta as características gerais do local; o terceiro concentra-se na história demográfica do local, concluindo que a actual expansão das aldeias comunais reflecte a preponderância dos esquemas coloniais de investimentos e a reprodução desses esquemas pelo Estado independente, assim como os fenómenos de reassentamentos populacionais; o capítulo quatro focaliza aspectos ligados à gestão de terras, concluindo que os conflitos de terras são registados como um problema no local; capítulo cinco enfatiza aspectos relacionados com a economia camponesa constatando que o ritmo acelerado de exploração dos recursos do solo não é acompanhado de medidas de regeneração, o que provoca o empobrecimento dos solos, escassez de terras e consequentes conflitos de terras; nas conclusões foram apresentadas algumas considerações sobre o modelo de desenvolvimento rural aplicado no local pelo Estado, representado pela IFLOMA seguido de algumas recomendações.

Finalmente, a principal conclusão que foi possível tirar deste trabalho é que a organização dos camponeses locais em cooperativas e associações constitui um dos principais impactos provocados pela desintegração da IFLOMA, na área social, e uma das alternativas encontradas pelos camponeses para minimizar o impacto negativo provocado pela expansão da agricultura familiar sobre a gestão sustentável das terras.

Capítulo I: Introdução

1. Introdução

A conjuntura política em que o País vivia em 1980, quando a IFLOMA foi concebida, era caracterizada pelo conflito armado e por uma estratégia de desenvolvimento rural que se assentava na política de socialização rural, pressupondo a organização das populações em *habitats concentrados*, a criação de cooperativas agrícolas, machambas e empresas estatais. As aldeias comunais foram concebidas como uma das componentes principais da política de socialização rural.¹ As autoridades governamentais procuraram legitimar essa política justificando que os valores e as estruturas tradicionais nomeadamente, as autoridades tradicionais, a dispersão territorial das comunidades rurais e as diferenças estruturais existentes entre elas, constituiriam obstáculos para a formação de uma consciência nacional única, condição indispensável para a conquista da independência económica.²

A ideia de identidade e de unidade nacional percorria com fixação os discursos políticos dos dirigentes nacionalistas da época, e um pouco por todo o mundo. No III Congresso, realizado em 1977, as orientações do partido FRELIMO em relação à organização territorial das comunidades rurais, visavam sobretudo a integração social dos camponeses e da sua economia do tipo familiar num processo de desenvolvimento rural nacional.

¹ Casal, 1991 : 35

² Ibidem

Infelizmente, apesar de terem tido uma mensagem inicialmente aliciante, essas orientações não tiveram o impacto que delas se esperavam porque o agravamento do conflito armado e a concentração das populações em aldeias comunais afectara a economia das zonas rurais bem como os usos e costumes dos camponeses, comprometendo a própria estratégia de desenvolvimento rural.³ Além disso, entre as comunidades rurais e o modelo de socialização rural imposto houveram muitas interferências políticas que, por falta de suportes técnicos reais e concretos, perderam a sua eficiência e tornaram-se pouco credíveis.

Como consequência, o discurso socializante do desenvolvimento rural enfraqueceu e, no IV Congresso da FRELIMO, realizado em 1983, as aldeias comunais deixaram de ser consideradas "*colunas vertebrais*" do desenvolvimento rural nacional.⁴ Este Congresso apelou para uma mudança generalizada dos projectos de desenvolvimento em larga escala, baseados em capitais intensivos, para iniciativas mais descentralizadas, orientadas para o mercado, e projectos de pequena escala. Na agricultura, as orientações do IV Congresso limitaram a expansão das machambas estatais e orientaram as estruturas estatais no sentido de fornecer maior apoio aos sectores familiares, privado e cooperativo, que até então vinham sendo "marginalizados" em favor das machambas estatais.⁵

Em contraste com a situação existente antes da realização do IV Congresso, em que o objectivo principal da política do governo na área do desenvolvimento rural era de promover a transformação socialista da economia camponesa, depois o objectivo principal era simplesmente de aumentar os níveis de produção, sem tomar em conta a natureza das relações de produção em que tal seria seguido.⁶ É dentro deste ambiente político

³ Idem

⁴ Casal, 1991 : 38

⁵ Roesch, 1992 : 8

⁶ Ibidem

caracterizado por uma constante insegurança política que se irá desenvolver o argumento da presente tese.

2. Justificação

A história da construção da IFLOMA em Moçambique constitui um sistema de referência importante para a compreensão dos actuais conflitos de terras em Moçambique, na medida em que trata-se de um espaço privilegiado em termos geo-estratégicos onde confluem diversos interesses divergentes. O objectivo inicial deste trabalho era de estudar o impacto da intervenção do Estado, representado pela IFLOMA, e da guerra sobre as populações locais, particularmente no que respeita ao acesso e uso de terras e florestas. Entretanto, durante a realização do trabalho de campo, duas grandes realidades determinaram a alteração do plano inicialmente traçado, em alguns aspectos, nomeadamente a desintegração progressiva da IFLOMA e a organização dos pequenos produtores em associações e cooperativas profissionais.

Ao nível nacional, emergência massiva de associações e cooperativas (ONGs nacionais) nos últimos tempos, está intimamente relacionada com a situação social dos camponeses e à conjuntura política do País.

Com a introdução do Programa de Reajustamento Estrutural (PRE) em 1987, o Estado abandonou o modelo estrutural da política social reduzindo a sua intervenção na área social.⁷ Quanto a este ponto, Roesch justifica que a procura desenfreada de terras para o cultivo verificada em todo o território nacional à partir de 1987, foi provocada pela diminuição do poder de compra de produtos alimentares básicos por parte das populações

⁷ O PRE, introduzido em 1987, assinalou um nítido corte com as formas de produção colectivas que caracterizaram a política governamental até a realização do IV congresso, na qual se esperava que o desenvolvimento rural e a mobilização social fosse realizada através de acções colectivas incentivadas pela mobilização política. Ao contrário disso, as ofensivas actuais passaram a ser levadas ao nível económico, através dos mecanismos do mercado e financeiros, e o foco da política económica centrou-se então não só no colectivismo mas também no individualismo. Roesch, 1992 : 13.

em geral, como consequência da introdução do PRE, e pela deterioração da situação de segurança nas zonas rurais em resultado do agravamento do conflito armado entre 1987-1990.⁸ Nessas condições, tornou-se imperioso a existência de uma "*mão invisível*" para preencher o vazio deixado pelo Estado no sector social.⁹

Pouco depois, a constituição de 1990, no seu capítulo III referia "*à participação do cidadão na vida política do Estado*", artigo 34, parágrafo 1, estabelece que "*as organizações sociais, como forma de associações de cidadãos com afinidades e interesses próprios, desempenham um papel importante na promoção da democracia e na participação do cidadão na vida pública*". Deste modo, a constituição de 1990 concedia a liberdade de associação. A associação em sentido restrito, o termo designa um agrupamento de duas ou várias pessoas que põem em comum, de maneira permanente, os seus conhecimentos e as suas capacidades numa finalidade que não seja a partilha de lucros, mas de ajudar as pessoas desfavorecidas.¹⁰

Segundo Roesch, na agricultura o actual sistema associativo ou cooperativo, desencadeado à partir de abril de 1988, espelha, em muitos aspectos, os esquemas da agricultura colonial em blocos¹¹, em que as terras são distribuídas aos camponeses em

⁸ Roesch, 1992 : 16

⁹ Analisando este ponto numa perspectiva diferente, Sergio Vieira refere que, actualmente, o movimento associativo, com os mais diversos fins, tem se afirmado ao nível nacional como um dos principais vectores de intervenção dos cidadãos na vida política da sociedade sem restrições do Estado. Porém, muitas delas, beneficiando de uma rede internacional prévia de apoio financeiro e organizativo, tendem a explorar as carências materiais e morais prevaescentes nas populações rurais para estender as suas influências e enfraquecer o poder do Estado. Além disso, em regra geral, as associações moçambicanas têm sido formadas por quadros qualificados, provenientes das instituições do Estado e dos partidos políticos, e que, através de uma rede de influências internas e externas procuram superar as suas próprias dificuldades financeiras. Vieira, 1992 : 22-24

¹⁰ Raymond, 1990 : 2. Analisando este ponto, Vieira refere que, quase sem excepções, as associações nacionais não dispõem de amplas bases de apoio interno, e os seus alvos continuam a ser tratados como objectos, com pouca ou nula intervenção nas decisões que os afectam. Neste sentido, maior é o risco de as associações contemporaneas continuarem a marginalizar o cidadão que pretendem promover. Vieira, 1992: 23

¹¹ Sobre a agricultura colonial em blocos Ver História de Moçambique III, (1993) : 235-236

blocos, e as famílias que ocupam um mesmo bloco são encorajadas a formar uma associação ou cooperativa para melhor se beneficiarem da assistência técnica e financeira por parte do Estado e das ONGs.¹²

Contudo, na realidade moçambicana, as associações neste sentido continuam a constituir uma novidade, e pode afirmar-se que a maior parte delas, particularmente as femininas, começaram a aparecer com maior incidência depois da aprovação da constituição de 1990. Algumas foram concebidas especificamente para defender e promover os direitos das camadas mais desfavorecidas da população como os camponeses, outras desenvolvem actividades ligadas ao desenvolvimento comunitário, questões de género, etc.¹³ Com a implementação dos acordos gerais de paz em 1992, o movimento associativo ganhou maior ênfase.¹⁴

Em Messica, as associações surgem como consequência da desagregação da IFLOMA, constituindo uma das várias alternativas encontradas pelas comunidades locais para preencher o "vazio" deixado pela empresa na área social e, principalmente, para minimizar o impacto negativo provocado pela sua desintegração sobre a gestão sustentável das terras e florestas. Numa altura em que o tecido social da região se encontrava bastante alterado como consequência da participação na guerra pela independência do Zimbabwe, a construção da IFLOMA em 1980, desempenhou sobretudo uma função de integração social no local.

¹² Roesch, 1992 : 19; Alexander, 1994 : 24; Vieira 1992 : 23.

¹³ Vieira, 1992 : 24 questiona o desempenho das associações, referindo que para além da generosidade dos seus propósitos altruístas, muitas delas pouco mais não são que simples canais de assistência do Norte, em competição com o Estado moçambicano ou entre si, com fraca ou nula capacidade de determinarem elas próprias as prioridades, ou de impôr agendas que, para o Norte, não estejam na moda. Nalguns casos, embora raros, há indícios de ONGs, que servem apenas de ganha-pão, ou meio de acumulação para indivíduos "menos sérios". Muthemba, 1998 : 38-39 também faz referências à estes aspectos.

¹⁴ Monteiro, 1995 : 51

3. Metodologia de investigação

Os trabalhos de investigação exigem frequentemente que a recolha e a organização dos dados seja realizada de forma metódica. Por metodologia de investigação refere-se essencialmente a delimitação dos marcos teóricos, a definição das técnicas de pesquisa e de tratamento dos dados.

Com vista atingir os objectivos definidos para o presente trabalho, foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos:

3.1. Pesquisa bibliográfica :

Ao longo do trabalho de pesquisa foram consultados vários documentos escritos, tendo cada um sido produzido dentro de um determinado contexto político e com certo objectivo.

O processo de pesquisa bibliográfica consistiu na difinição dos marcos teóricos com base nas fontes escritas disponíveis, na realização de contactos preliminares com organizações e instituições que desenvolvem actividades relacionadas com o objecto deste estudo para obtenção de dados específicos, recolha, leitura, análise e síntese de documentos que tratam de assuntos relacionado com o tema, nomeadamente: relatórios, documentos oficiais, monografias, manuscritos, artigos, teses e documentos não publicados. Este método permitiu a definição do problema de pesquisa, a elaboração dos marcos teóricos, a construção das hipóteses, a realização da crítica às fontes e a construção do guião das entrevistas.

3.2. Colecta de dados primários:

Refere-se essencialmente ao trabalho de campo, o qual foi realizado através dos seguintes instrumentos:

- A observação - A observação é uma técnica de pesquisa muito antiga e revela-se particularmente difícil porque necessita de um esforço de observação máximo por parte do observador.¹⁵ O método de observação constituiu a condição prévia para a realização das entrevistas, tendo requerido uma longa familiarização com o terreno, o registo de apontamentos, a construção de uma grelha de observação para uma posterior classificação dos dados.¹⁶

Existem vários tipos de observação, mas para este trabalho foram utilizadas apenas a observação distanciada que exigiu da autora a não participação nas actividades observadas, a não ser na qualidade de observador, e a observação participante em que a observadora participou nas acções observadas, ocupando uma posição no seio da comunidade estudada. O método de observação permitiu a identificação "in loco" de aspectos ligados à vida quotidiana que não haviam sido considerados no plano inicial, a comparação dos fenómenos que ocorrem no campo com as informações recolhidas das fontes escritas, a compreensão da situação das infra-estruturas socio-económicas e a recolha de dados quantitativos da população.

- Entrevistas - Apesar de existirem vários tipos de entrevistas, para este trabalho foram apenas utilizadas as entrevistas exploratórias. As entrevistas exploratórias ou semi-dirigidas constituem a base do método participativo e destinam-se fundamentalmente a abrir o terreno, a adquirir o máximo de informações disponíveis para elaboração de boas perguntas num posterior inquérito ou entrevistas estruturadas. Antes de iniciar o trabalho, a entrevistadora começou por estabelecer contactos preliminares com as autoridades locais,¹⁷

¹⁵ Durand, 1990 : 305-312.

¹⁶ Adam, 1995 : 5

¹⁷ E com várias personalidades locais com certo prestígio e influências sociais para fazer a apresentação dos objectivos de estudo e solicitar apoio.

fez uma breve apresentação dos objectivos do seu estudo e explicou a importância de se compreender a história social do local.

Devido as dificuldades de natureza ambiental e de transportes¹⁸, apenas foram entrevistados informadores chaves residentes na sede do posto administrativo de Messica. A escolha deste local deveu-se essencialmente ao facto de ser o local em que se encontra a sede da IFLOMA, e a área mais acessível em termos de recursos materiais e humanos para a realização normal do trabalho.

O critério de selecção dos informadores chaves consistiu na escolha de indivíduos que, pela sua posição social no seio da comunidade, se encontravam em melhores condições para fornecer informações detalhadas sobre o local, ou que possuíam alguns conhecimentos científicos à respeito do problema da pesquisa.

Foram por essa razão seleccionados, como grupo alvo, trabalhadores da IFLOMA especializados em sivicultura, altos funcionários da IFLOMA, funcionários da administração local, autoridades tradicionais (régulos), militares desmobilizados e um grupo de dez mulheres, membros de uma organização feminina local. No total foram cerca de vinte e um informadores chaves.

- Cartografia - Consistiu na utilização de mapas para fazer a delimitação geográfica da área do estudo. O emprego deste método foi importante para compensar a impossibilidade de deslocação para comunidades rurais. Com base na cartografia, foi possível identificar as comunidades e as infra-estruturas sociais existentes sem ter sido necessário deslocar-se ao terreno.

¹⁸ As chuvas de verão provocaram a inviabilidade das vias de acesso, facto que impediu a deslocação para as comunidades rurais.

3. 3. Processamento, análise e interpretação - Depois de realizada a

recolha dos dados, o principal trabalho consistiu em testar a natureza das técnicas de pesquisa utilizadas e a natureza do organismo produtor dos dados; identificar eventuais elementos que poderiam falsear a recolha dos dados e, finalmente, analisar em que medida as teorias dos autores, ou os objectivos dos organismos produtores dos dados, teriam influenciado a natureza da informação.

4. Limitações do trabalho de pesquisa.

A principal limitação deste trabalho é de ter sido realizado por alguém que é simultaneamente investigador e testemunha ocular da maior parte dos factos relatados, por ser natural do local do estudo. Este facto constituiu um factor limitante porque tornou-se relativamente difícil manter o mesmo rigor, a mesma frieza e a mesma distância perante os fenómenos estudados, como se fosse um território desconhecido. Assim, o trabalho corre o risco de ter sido estudado sob a perspectiva dos preconceitos da própria autora.

Devido a natureza do tema, durante a realização do trabalho de pesquisa bibliográfica a maior dificuldade prendeu-se com a realização da crítica às fontes, pois foram consultados vários documentos escritos durante o período da "*guerra fria*" e com determinados objectivos. A tarefa mais difícil foi de avaliar o valor de cada documento, estudar o grau de veracidade dos testemunhos, separar os juízos de valor patentes na maioria das fontes consultadas com a realidade.

Durante a realização das entrevistas, o maior problema prendeu-se com a existência de diversos grupos sociais e etários, com diferentes concepções ideológicas e diferentes maneiras de encarar a mesma realidade. Tal como afirmou Marx, "*o ser determina a consciência*", isto é, a posição social que cada um ocupava no seio da comunidade

determinava o tipo da sua resposta. Reconhecendo este facto, a autora realizou as entrevistas tomando em consideração a particularidade do grupo ou dos grupos sociais específicos a que pertencia cada informador e examinou cuidadosamente as respostas para saber quais os interesses que estavam em jogo e apreender os múltiplos significados das respostas dos seus entrevistados. Felizmente, a grande vantagem deste problema foi o de ter sido possível chegar a verdade através de aproximações e comparações sucessivas.

O último problema prendeu-se com a inviabilidade das vias de acesso, razão pela qual, não foi possível visitar as comunidades rurais. Contudo, através do método cartográfico foi possível encontrar uma alternativa para este problema porque a entrevistadora utilizou mapas para estudar as comunidades rurais.

Entretanto, pelo interesse que me despertou o tema, propus-me a realizar o trabalho, não obstante as inúmeras dificuldades que encontrei durante a construção do objecto de pesquisa, na pesquisa bibliográfica, bem como na qualificação, tal como dizia o Dr. Luís Filipe, é o grande problema do historiador: "*a busca da verdade histórica*".

5. Revisão bibliográfica

Segundo Sabeli, o conceito de "desenvolvimento", surgido das sociedades industriais ocidentais, define a modernização recuperante e a integração no mercado mundial como condições prévias para a prosperidade das vastas camadas da população. Fixado ideologicamente e à partida no modelo europeu, o qual se atribui validade universal, transformou-se num mito próprio.¹⁹ Porém, não só as metas preconizadas de aumento da produtividade e da elevação do produto social bruto não foram alcançadas na maior parte

¹⁹ Sabeli, 1989 citado por Fuchs, 1993 : 42

dos Países em vias de desenvolvimento, como aumentara a sua dependência económica em relação aos Países ocidentais. O mito de "desenvolvimento" influenciou também as imagens da pessoa e da sociedade que estão na base de muitos esforços para o desenvolvimento: a *população alvo*, mesmo quando numericamente constitui a maioria, é encarada como um grupo social marginal, a ser "integrado" no processo de desenvolvimento.²⁰

Segundo Araújo, até 1950 os Países desenvolvidos ainda não tinham definido qualquer política de desenvolvimento rural no domínio de distribuição territorial das populações rurais. Entre os anos de 1950-70, perante os problemas provocados pelo crescimento urbano, apareceram as primeiras medidas que podem ser consideradas estratégias políticas de desenvolvimento rural.²¹ A situação evoluiu a tal ponto que hoje, nenhum País ignora a importância da distribuição territorial das populações para a definição das políticas de desenvolvimento rural. Esta importância adquire maior relevo nos Países em vias de desenvolvimento como o nosso. Outro fenómeno que exige atenção especial neste âmbito são os grandes movimentos migratórios provocados pelos conflitos armados.²²

Nesse processo, o papel do Estado como promotor de desenvolvimento tem sido o centro de debate. Actualmente, as correntes radicais são representadas pela teorias neoclássicas e Marxistas.²³ A primeira defende um Estado não intervencionista na economia e na sociedade, onde o mercado, o sector privado e o indivíduo são considerados paradigmas fundamentais. Este pressuposto implica o pleno emprego dos recursos, e não

²⁰ Fuchs, 1993 : 42

²¹ Araújo, 1997 : 25

²² Refiro-me essencialmente aos fenómenos de reassentamentos das populações deslocadas e refugiadas durante o conflito armado.

²³ Mosca, 1992 : 52 ; Keynes, 1982 : 23

admite que as crises surgiam como consequência de factores endógenos aos modelos económicos.²⁴

A corrente Marxista defende, pelo contrário, que o Estado deve ser o promotor principal do desenvolvimento; substitui os mecanismos do mercado por uma economia planificada em que os recursos são alocados segundo a reprodução dos critérios do modelo socialista.²⁵

Keynes e os neokeynesianos, sem serem uma corrente intermediária entre os clássicos²⁶ e os Marxistas, defendem que o Estado deve ter um papel importante no desenvolvimento. Não acreditam que o mercado e os instrumentos económicos sejam os únicos e mais importantes alocadores de recursos, e justificam que as crises surgem como resultado de factores endógenos aos modelos económicos. Estes teóricos defendem a intervenção estatal nas questões de desenvolvimento apenas para garantir transformações estruturais através do controle e orientação dos mecanismos de acumulação, e de transferência inter-sectorial ou regional dos recursos, num marco global de políticas de desenvolvimento.²⁷

No nosso País uma das questões fundamentais do desenvolvimento rural é o sector familiar camponês, a sua formação e o seu desenvolvimento para a melhoria das condições de vida no campo, e uma das muitas alternativas de desenvolvimento que tem sido propostas é o desenvolvimento da agricultura familiar integrada numa via de socialização do campo, em que os pequenos produtores se organizam em cooperativas, com diferentes níveis de socialização dos meios de produção, e diversos métodos e formas de progressão.

²⁴ Mosca, op.cit : 52.

²⁵ Ibidem

²⁶ Os "*economistas clássicos*" foi uma denominação inventada por Marx para referir-se à Ricardo, James Mill e outros. Os seus "*discípulos*" foram denominados neoclássicos, isto é, todos que adoptaram, adaptaram ou aperfeiçoaram a doutrina de Ricardo, nomeadamente J. Mill; Marshall; Edgeworth e o prof. Pigou. Keynes, 1982 : 23.

²⁷ Mosca, 1992 : 52; Mosca, 1989 : 9

A socialização rural pode igualmente assumir as mais diferentes formas, desde as cooperativas de produção agrária, pecuária, artesanal, pesca, serviços, mecanização, transportes, comercialização, transformação agro-industrial, etc.²⁸

Geralmente o método de socialização rural é acompanhado por um sistema de planificação mais ou menos centralizado e de um sistema de mercado em que, pelo menos os preços de uma parte dos produtos, são estabelecidos pelo Estado.

Baseando-se em Keynes, Mosca propõe esta via de desenvolvimento para Moçambique.²⁹ Segundo ele,

Em Moçambique o Estado tem um papel importante para garantir transformações estruturais através do controle e orientação dos mecanismos de acumulação, de transferências inter-sectoriais ou regionais dos recursos num marco global de desenvolvimento.³⁰

Para Mosca, em Moçambique, tanto no período colonial como no pós-independência o sector familiar foi integrado nos modelos económicos como potencial gerador de excedentes de produção e fonte de força de trabalho à baixo preço, para financiamento de outros sectores económicos, em favor dos interesses metropolitanos ou de camadas sociais urbanas.³¹ Mosca acredita que a crescente pobreza do meio rural, o incremento do fosso entre campo-cidade, a distribuição desigual das infra-estruturas sócio-económicas entre outros aspectos, surgem como resultado de décadas de exploração do pequeno produtor rural.³² Para Mosca, as opções de desenvolvimento rural deviam, acima de tudo, considerar as opções de desenvolvimento mais viáveis para o sector familiar e

²⁸ Mosca, 1989; Mosca, 1991

²⁹ Mosca, 1992 : 51-52.

³⁰ Mosca, 1989 ; Mosca, 1991; Mosca, 1992.

³¹ Ibidem

³² Idem

realizáveis no campo, em lugar de priorizarem a componente política e de reprodução do poder.³³

Tal como sugerem Sardan e Serra, pela complexibilidade do tema, evitei deliberadamente concentrar-me demasiado "*nos sempiternos debates sobre esta questão*",³⁴ levantando questões como se a socialização rural é um objectivo, um mal, uma utopia do socialismo, confundindo assim "*a ciência com juízos de valor*", porque hoje, pelo menos em Messica, a socialização rural é acima de tudo uma realidade, ela tem estado na ordem do dia, assumindo as mais diversas formas nos diferentes Países do mundo. Este movimento não se circunscreve apenas aos Países em vias de desenvolvimento ou de orientação socialista, e não aparece como um movimento anacrónico.³⁵ Como refere Negrão, até mesmo o governo dos EUA se juntou a uma das mais importantes organizações não governamentais do seu País, a fundação Ford, para apoiar a formação de cooperativas agrícolas em Comilla no Paquistão oriental.³⁶

Portanto, quer queiramos quer não, quer funcione quer não funcione, quer seja positiva ou negativa, interesseira ou desinteresseira, o que é certo é que a socialização rural é acima de tudo uma realidade, por isso que é, em primeiro lugar, um objecto de estudo para um cientista social. Um objecto de estudo como qualquer outro, ao mesmo nível do parentesco, da religião ou do género. Esta definição não normativa da socialização rural não significa de modo algum que nos devamos abster completamente de qualquer juízo de valor filosófico ou moral. Pelo contrário, tal como noutros campos, o campo da socialização rural, não está desprovido de pontos de vista normativos, de pressupostos

³³ Mosca, 1991 : 4-5.

³⁴ Sardan, 1990 : 189-198; Serra, 1997 : 21

³⁵ Muthemba, 1998 : 18

³⁶ Negrão, 1997 : 2-3 citando Raper, 1970.

ideológicos. Significa apenas que este fenómeno deve ser encarado como um processo integrado dentro de um sistema complexo, e não como um facto histórico isolado.³⁷

Tal como refere Araújo, em regra geral toda a ocupação de terras em grande escala apresenta alguma forma de socialização, caracterizada por diferenças estruturais entre a casa do patrão e as habitações dos trabalhadores situadas próximo do centro de exploração, ou, mais frequentemente, nas orlas das terras exploradas.³⁸ Araújo acrescenta que as aldeias comunais constituem a forma mais antiga e elementar de organização das comunidades rurais, elas respondem às necessidades fundamentais e identificam-se com as acções do grupo.³⁹

Nos anos de 1950, Homero Ferrino, um agrónomo liberal preocupado com as questões de "*desenvolvimento das comunidades indígenas*" advogava que a constituição de cooperativas ou outras formas de associações de camponeses pobres, em particular de mulheres, seria uma solução viável e aconselhável para o desenvolvimento rural.

Ferrino acreditava que a socialização rural, as cooperativas agrícolas e outras formas de associativismo no campo podiam constituir alternativas viáveis para o desenvolvimento rural, desde que a sua concepção reflectisse a realidade do local e vontade dos diferentes actores envolvidos no processo. Ferrino apresenta a socialização como uma instituição que não se cinge apenas em bases "*comunistas*", ou como "*tipo de desenvolvimento recomendado e importado por instituições estrangeiras*", mas como uma organização de pessoas economicamente dependentes. Segundo ele:

Uma cooperativa não é pois concebível separada da comunidade... a instituição cooperativa interactua com a comunidade em que se encontra inserida, desenvolvendo-se uma tensão recíproca.⁴⁰

³⁷ Sardan, 1990 : 189-198

³⁸ Ibidem.

³⁹ Araújo, 1997 : 35

⁴⁰ Ferrino, 1978 : 47

A ele se deve a constituição das primeiras cooperativas surgidas no vale do Limpopo. Alguns anos depois, os padres de Burgos e os capuchinhos de Puglia desenvolveram experiências idênticas à alguns camponeses de Manica, Sofala e Zambézia.⁴¹ Entre os padres havia um jovem chamado Prosperino que defendia o cooperativismo no campo e a independência dos camponeses.

Tanto Ferrino como Prosperino acreditavam que o cooperativismo rural seria a solução viável para o desenvolvimento das comunidades rurais. Era a moda da época, uma moda que era seguida por todos e um pouco por toda a parte.⁴²

⁴¹ Negrão, 1997 : 2-3

⁴² Ibidem

Capítulo II : Características gerais de Messica

1.Situação geográfica

O posto administrativo de Messica, situado no extremo sudeste do distrito de Manica,⁴³ cobre uma superfície de 819 km², faz fronteira com o Zimbabwe na zona Oeste, e é atravessado pelo corredor da Beira. A sua população é maioritariamente jovem e migrante, sendo por isso um local relativamente sobrepovoado com uma densidade populacional de 72,8 hab/km² em 1992.⁴⁴ Dispõe de quatro localidades nomeadamente, Chinhambuze, Messica-sede, Bandula e Nhaucaca, e 40 comunidades.⁴⁵

Os seus limites são: Meridiano central 33° de longitude leste; norte 18°54' latitude sul em Mavonde; sul 19°10' latitude sul em Sussundenga; leste 33°14' longitude leste Vanduze; oeste 33°02' longitude leste na vila de Manica.⁴⁶

Em relação a produtividade dos solos divide-se em duas zonas distintas:⁴⁷ i) zona leste, possui boas condições naturais devido a fertilidade relativa dos seus solos, a disponibilidade de recursos hídricos abundantes, a frequência das chuvas e a disponibilidade de infra-estruturas sociais.⁴⁸ Sendo assim, concentraram-se nesta zona o grosso das populações do local; ii) zona oeste, é extremamente seca e árida, possui poucos furos de água, assim, a sua densidade populacional é baixa porque as condições naturais não permitem a sobrevivência dos seres humanos. Messica-sede é a mais pobre das quatro

⁴³ Ver mapa 1, anexo 1.

⁴⁴ SPPF, 1994: 19

⁴⁵ A definição do conceito de comunidade é controversa. Para este caso o termo pode designar um bairro, uma aldeia clânica ou um povoado. Entrevista .Garuzo (régulo de Matrabulo), Messica (jan. 1999)

⁴⁶ ACNUR, 1996.

⁴⁷ Ver o mapa 1, anexo 1. Entrevista. Castelo. Messica. (jan.1999)

⁴⁸ Ex. Vias de acesso em condições, postos de emprego e facilidades de mercado.

localidades que o posto possui.

A IFLOMA foi construída na sede do posto administrativo de Messica, concretamente na antiga farma Elvas, situada junto da confluência dos rios Messica e Révuè, sem a menor modificação quanto aos limites da farma.⁴⁹

Segundo testemunhos arqueológicos, a zona oeste de Messica esteve inicialmente coberta de florestas sempre verdes de montanhas. No entanto, sendo atractiva em termos de agricultura, grande parte delas foram destruídas e substituídas por diversos outros tipos de florestas secundárias, arbustos, árvores raquíticas e pradarias. As espécies originais são actualmente raras, e únicas florestas primárias que sobreviveram encontram-se, actualmente, em quantidades relativamente superiores, na floresta de Bunga, e em pequenas quantidades nas montanhas Zónuè-ndirondóngue, mas continuam ameaçadas pela larga presença de seres humanos, nos seus arredores, que vem praticando agricultura familiar. Segundo Bannerman, em tempos recuados, essas florestas teriam coberto superfícies muito mais vastas.⁵⁰ Hoje, a zona por elas ocupadas constitui a menos fértil do posto administrativo de Messica, com solos arenosos, mal drenados, frequentemente sujeitos às inundações e fortemente infectados pela mosca tsé-tsé.⁵¹

O local é também caracterizado pela existência de grandes depressões montanhosas, algumas das serras locais constituem símbolos históricos, como é o caso do monte Nhaumbwe.⁵² Foi nesse local em que foi construída a barragem hidro-eléctrica do Révuè, que fornece água e energia eléctrica à IFLOMA, às províncias de Manica, Sofala e

⁴⁹ A única alteração residiu no facto de a povoação central ter deixado de se chamar Elva, passando a denominar-se Messica-sede.

⁵⁰ Bannerman, 1993 : 82

⁵¹ Ibidem

⁵² Enoque, 1994 : 21 refere que durante os primeiros anos de penetração colonial desapareceram nesse local muitas bandeiras Portuguesas. Segundo os naturais do local, este fenómeno representava uma forma de expressão dos espíritos dos antepassados contra as formas de desrespeito feitas pelos Portugueses à aquele local sagrado.

ao vizinho Zimbabwe. Além desta utilidade, a barragem é utilizada para o desenvolvimento da pesca artesanal, irrigação das machambas, cooperativismo e turismo.

Em relação a administração, tal como em muitas outras regiões do País, paralelamente à administração formal, ao nível das localidades e comunidades o poder é exercido pelas autoridades tradicionais, pela seguinte ordem de importância: Régulo, chefe da povoação/comunidade/aldeia, chefe do grupo.⁵³ Essa autoridade, reconhecida ao nível das comunidades locais, exerce o seu poder na resolução de problemas sociais como conflitos de terras, casamentos, divórcios, feitiçaria, fixação de residência, realização de cultos tradicionais relacionados com as chuvas, doenças e mortes.⁵⁴

Os régulos Chirara que dominam o local, são originários da tribo shona (mattishonga) de Mutassa,⁵⁵ e as suas áreas de jurisdição são divididas em pequenas povoações limitadas por elementos naturais como rios e montes.⁵⁶

2. Principais grupos populacionais e suas características.

A actual população do posto administrativo de Messica foi inicialmente originária do grupo *manyika* do antigo Estado do Bvumba, mas actualmente é proveniente dos mais diferentes pontos do País, assistindo-se por conseguinte a uma fusão de modelos culturais diferentes.⁵⁷ Embora tenham sofrido algumas alterações, poucos foram os valores que se modificaram estruturalmente, tanto na língua como no modo de vida,⁵⁸ porque as populações imigrantes foram se integrando gradualmente no tipo de cultura tipicamente *Shona*, chamada *Chimanyika*. Por isso, os seus actuais usos e costumes não se diferem

⁵³ Entrevista. Garuzo (Régulo de Matrabulo). Messica, (26.01.1999); ACNUR, 1996.

⁵⁴ Administração de Manica, 1999: 9.

⁵⁵ Enoque, 1994: 15; Administração de Manica, 1999: 10; Bannerman, 1994.

⁵⁶ Administração de Manica, op.cit: 9

⁵⁷ Bannerman, 1993; Enoque, 1994

⁵⁸ Falam o *Chimanyika*, o *Tawara* e *Chitewe* como línguas tradicionais.

muito dos usos das restantes populações do distrito de Manica, excepto certas variações, dependendo dos antecedentes históricos.⁵⁹ P.e. na maneira de se cumprimentar, o grupo Shona de região de Messica bate palmas três vezes, seguidas de uma pausa, e batem mais tres vezes sempre em silêncio, e só depois é que dirigem as saudações. As mulheres respondem no fim ajoelhadas ou sentadas, pausadamente, batendo as palmas cruzadas e ritmicas, enquanto fazem um movimento de baixo para cima com a cabeça.⁶⁰

3. Antecedentes Históricos

O actual posto administrativo de Messica jogou sempre um papel importante na economia da região devido a sua situação geo-estratégica. Pode se afirmar que se está perante um espaço privilegiado pela natureza se se tiver em conta os seus variados recursos hídricos, minerais, energéticos e outros de alto valor económico e social. Pela sua natureza, corredor da Beira gera pontos de investimentos e serviços devido ao fluxo de transportes e comunicações que estimulam não apenas os investimentos privados como as populações em geral. O posto administrativo de Messica pode, seguramente, ser incluído como "*um desses pontos*" localizados no centro geográfico do desenvolvimento regional, se for considerado o facto de estar situado num enclave onde confluem numerosos factores económicos como potencialidades agrícolas, transportes e comunicações, energia, equidistância relativamente as cidades da Beira, Chimoio, Manica, Zimbabwe e cruzamento de Tete.

Infelizmente, apesar da existência desse enorme património histórico, a documentação histórica do posto administrativo de Messica referente ao período colonial

⁵⁹ Quanto as características culturais da população do distrito de Manica em geral, ignorei deliberadamente porque existem muitas obras que tratam da tradição Shona de forma muito detalhada. Ver Beach, 1993; Bannerman, 1993 e outros.

⁶⁰ Enoque, 1994: 16-17.

ou pós-independência é muito escassa, e actualmente, poucos estudos têm sido realizados relacionados com o impacto dos investimentos coloniais e pos-independência sobre a vida das comunidades locais, particularmente no que diz respeito a gestão sustentável dos recursos naturais.

Por isso, o objectivo desta secção é apresentar, de forma sintética, alguma informação histórica sobre a região cobrindo o período compreendido entre 1942-1980, como sistema de referência para a compreensão dos problemas recentes ligados aos conflitos de terras e de florestas. Embora o contexto histórico deste trabalho seja o período contemporâneo, o passado permanece vivo em muitos aspectos da vida quotidiana, por isso será aqui apresentado um breve historial, fruto da leitura de uma série de artigos e monografias.

3.1. Período colonial (1942-1975)

Em 1942 cessaram os privilégios da Companhia de Moçambique nos territórios de Manica e Sofala. O Estado colonial passou a interferir directamente nas questões de terras reproduzindo os critérios de ocupação das terras utilizados pela Companhia.⁶¹

No desenvolvimento agro-industrial atingido neste período teve maior impacto a instalação da barragem hidro-eléctrica do Révuè em Messica, e a construção de mais três instituições na região nomeadamente, a Sociedade Algodoeira de Portugal (SOALPO), a brigada técnica do fomento e povoamento do Révuè, e o grémio dos produtores de cereais de Manica e Sofala.⁶² A necessidade de energia eléctrica para o abastecimento da indústria

⁶¹ Pelo regulamento de 14 de julho de 1892 para a concessão de terras nos territórios da Companhia de Moçambique, as terras foram repartidas em três categorias principais, agrupando nos terrenos da primeira classe a agricultura colona (as terras desta classe estavam completamente vedadas às populações africanas); as terras da segunda classe, embora destinadas a agricultura colona, podiam ser ocupadas pelos camponeses africanos com o consentimento do respectivo proprietário; os terrenos da terceira classe eram destinados às populações africanas em geral. Cruz, 1982 : 162-165.

⁶² Ver Neves, 1998 : 155; História de Moçambique III, 1993 : 166-167; Borges, 1994): 241.

téxtil da SOALPO, actual TEXTÁFRICA, conduziu a construção da barragem hidro-eléctrica do Révuè em Messica, propriedade da Sociedade Hidro-eléctrica do Révuè (SHER).⁶³

Enquadrados no I Plano de fomento, estes projectos ofereceram um grande impulso para a construção do colonato do Révuè nos princípios de 1960, implicando uma nova fixação de colonos.⁶⁴ Criados no vale do rio Révuè, uma zona de grande potencial agrícola, os colonatos constituíam regiões geo-estratégicas para um futuro desenvolvimento agro-industrial. Segundo Neves, a necessidade de um clima favorável à sobrevivência da população colona conduziu criação das florestas de pinheiros e eucaliptos em Manica.⁶⁵

Segundo informações da FAO, as plantações florestais de Manica datam de pouco antes de 1950 em Penhalonga, localidade fronteiriça do distrito de Manica e uma das principais unidades de produção da IFLOMA. As plantações de Rotanda datam dos princípios de 1960 e as de Bandula foram plantadas em 1970.⁶⁶

Quanto aos objectivos, Neves e Branco referem que as florestas foram concebidas para recriar um meio ambiente com condições climáticas semelhantes às condições da Europa para permitir a sobrevivência dos colonos, enquanto FAO e SPPF referem que as florestas foram concebidas simplesmente para prevenir a eminente destruição da vegetação e dos solos que ocorria no local, como resultado da destruição da floresta nativa em grande escala pelos camponeses locais, para dar lugar à machambas familiares de cereias. FAO e SPPF acreditam que as florestas foram concebidas "*exclusivamente*" para garantir a

⁶³ Hoje uma das mais importantes indústrias da região, cuja acção se estende ao vizinho Zimbábwe. Borges, 1994 : 241

⁶⁴ Os colonatos eram regiões de ordenamento e fixações dirigidas pelo Estado colonial para o benefício da população branca, e foram organizados numa tentativa de recriar em Moçambique a pequena propriedade rústica Portuguesa. Tinham também como objectivo político estabelecer "*Zonas tampão*" constituir barreiras humanas para deter o avanço do movimento nacionalista moçambicano que começava a formar-se no vizinho Zimbábwe. Neves, 1998; História de Moçambique III, 1993 : 166-167; Alexander, 1994: 9; 25.

⁶⁵ Neves, 1998 : 156; Branco, 1994: 235 .

⁶⁶ Poyry, 1979 citado por Lyon, 1979 : 1; ver também cap. II.1

perservação do meio ambiente, dada acelerada degradação ambiental que se verificava na altura e as fortes inclinações das terras.⁶⁷

Segundo informações governamentais, em 1979 a província de Manica possuía cerca de 16.000 hectares de plantações florestais das quais cerca de 78% eram pinheiros do tipo *pinus patula*, *pinus ellioti*, *pinus taede*, *pinus khaesya* e o resto eram eucaliptos. Essas espécies eram frequentemente utilizadas como matérias primas para madeiras serrada em Países tropicais com plantações de pinheiros. Segundo a mesma fonte, desde 1973 toda a madeira compreendida consumida no local provinha dessas plantações, e foi produzida localmente, enquanto que os painéis e painéis de fibras eram importados.⁶⁸

Na altura, praticamente toda a madeira serrada consumida provinha de 87 serrações locais de madeiras duras. As importações de madeiras duras vinham sendo "negligenciadas" desde 1975 e a serração de madeiras moles tinha sido apenas na ordem 1.000 m³/ano.⁶⁹

Se bem que quando as florestas foram plantadas, o número de colonos Portugueses fosse bastante reduzido, as obras de montagem de infra-estruturas sociais indispensáveis para sua instalação no local, implicaram expropriações forçadas de terras aos camponeses, incluindo agricultores prósperos, e imposição de novas barreiras aos africanos. Imagine-se que só em florestas foram necessários cerca de 16.000 hectares das melhores terras.⁷⁰

Deve frisar-se que das vastas parcelas concessionadas às diversas empresas e colonos, apenas uma percentagem muito reduzida foi explorada para fins agrícolas de forma eficiente.⁷¹ A maior parte dos colonos ou empresas encontravam-se sub-capitalizados

⁶⁷ Neves, 1998 : 156 ; Branco, 1994 : 235; SPPF, 1994: 14; Conselho de Ministros, 1980 citando FAO; Lyon 1980 : 1

⁶⁸ Conselho de Ministros, 1980 : 4

⁶⁹ Ibidem

⁷⁰ Alexander, 1994 : 10; Conselho de Ministros, 1980; Lyon, 1980 : 1

⁷¹ Muitas não estavam em condições de administrá-las eficientemente e muito menos de desenvolver a produção agrícola dada a fraqueza da burguesia Portuguesa

e sem outros meios senão o de explorar no máximo os recursos disponíveis sem reinvestir e, a exploração da mão de obra africana tornou-se muito mais rentável para elas do que desenvolver novas formas de produção. Muito poucos conseguiram estabelecer plantações que prosperaram e expandiram ao longo dos anos.⁷² Assim, a maior parte das terras foram expropriadas aos camponeses não para a sua utilização total, mas para criar laços de dependência entre camponeses locais e o trabalho assalariado, enfim, coagí-los a aceitarem o papel de potências fornecedores de mão de obra, de produtos alimentares e de exportação.⁷³

Foram para isso expropriadas terras situadas junto das infra-estruturas sociais, os camponeses só podiam permanecer nelas com o consentimento do respectivo proprietário e sob restrições que os coagiam a aceitar o papel económico de fornecedores de força de trabalho, sem liberdades para produzirem culturas comerciais para o seu benefício, senão quando fosse do interesse do concessinário. Era nesta situação em que viviam os camponeses dos terrenos da primeira e segunda classes.⁷⁴

Nos locais em que a expropriação não teve lugar, p.e. nos terrenos da terceira classe, foram impostas certas restrições através de regulamentos especiais que limitavam o acesso dos camponeses à determinados recursos.⁷⁵ Por outro lado, as terras desses locais eram geralmente impróprias para o desenvolvimento da agricultura, quer por causa da aridez dos solos, quer porque pantanosas e fortemente infectadas pela mosca tsé-tsé se revelavam impróprias para a habitação humana, ou porque não beneficiavam de vias de comunicação, embora algumas tivessem boas condições naturais. Nesta última categoria viviam o grosso

⁷² Cite-se por exemplo a granja de Manica, a colónia Meireles e Neves Ferreira. Cruz, 1982.

⁷³ Cruz, 1982 : 167; Alexander, 1994 : 10

⁷⁴ Os camponeses destas duas primeiras classes viviam numa situação muito próxima à que estavam sujeitos os servos da gleba na França da idade média.

⁷⁵ Cite-se por exemplo as restrições impostas contra a liberdade de caçar ou explorar florestas nos terrenos da primeira e segunda classes ou em zonas de protecção total e parcial. Cruz, 1982 : 162.

das populações africanas constituindo potenciais reservatórios de mão de obra e de produtos alimentares para as bolsas de produção capitalista.⁷⁶

3.2. Período pós-independência (1975-1998)

No período pós-independência, a importância de Messica deveu-se sobretudo à disponibilidade de recursos florestais abundantes.

Ao nível mundial, nos finais da década 70, o aumento progressivo da procura de produtos florestais, combinado com a sua exaustão, fez com que muitos países em vias de desenvolvimento iniciassem ou expandissem os seus programas de reflorestamento territorial. O governo de Moçambique também atribuiu particular importância ao desenvolvimento sustentável de florestas, particularmente na província de Manica.⁷⁷ O terceiro Congresso agrário, realizado em 1978, concluiu que "*o bosque florestal seria a solução viável e aconselhável para certos terrenos florestais situados em locais de influência das aldeias comunais*".⁷⁸

Segundo o Conselho de Ministros e o SPPF, pouco depois da independência nacional, as plantações florestais de Manica foram abandonadas pelos colonos e invadidas pelos camponeses locais. Essa invasão conduziu, obviamente, a destruição de florestas em grande escala para abertura de machambas familiares. Perante essa situação, o Conselho de Ministros sentiu que havia uma necessidade urgente de se criar um organismo que se responsabilizasse pela gestão sustentável das florestas de Manica.⁷⁹

⁷⁶ Os camponeses desta classe estavam numa situação muito próxima à que estavam sujeitos os africanos dos "*natives lands act, 1913*" na África do Sul

⁷⁷ O III congresso da FRELIMO já antes havia reconhecido a importância básica do sector florestal, e assim deu prioridade ao reflorestamento territorial concedendo-lhe prioridade nos investimentos destinados ao sector agrário. William, 1981 : 4

⁷⁸ Cardinal, 1979 : 7.

⁷⁹ Conselho de Ministros, 1980 : 3; SPPF, 1994 : 14.

Foram previamente realizadas várias consultas à FAO e a diversos outros consultores entre 1974 a 1978, e todos concordaram com a necessidade de uma acção imediata para gestão sustentável das florestas, foi também considerada a possibilidade de aumentar a capacidade de serração de madeiras moles,⁸⁰ e a necessidade de uma fábrica de painéis, polpa de papel e cartão.⁸¹

Com base nesses estudos, em 1980 o Conselho de Ministros apresentou uma proposta para a criação da empresa "*Indústrias Florestais de Manica E.E. - IFLOMA*", em Messica⁸², com carácter de uma empresa nacional sob tutela do Ministério da Agricultura, envolvendo um capital inicial de cerca de 43 milhões de dólares americanos, cuja operação teve início em 1983.

Desde então, o posto administrativo de Messica assistiu a uma afluência massiva de populações, originárias das comunidades rurais vizinhas e dos grandes centros urbanos, em busca de condições económicas e segurança.⁸³

Segundo Alexander, essa concentração reflecte a preponderância dos investimentos coloniais no local⁸⁴ e a reprodução desses padrões pelo Estado independente, assim como os fenómenos de reassentamentos populacionais surgidos como consequência da história social da guerra.⁸⁵

⁸⁰ Cuco, 1991 : 2

⁸¹ Conselho de Ministros, op.cit.

⁸² O posto administrativo de Messica reunia as condições ideais para a instalação da IFLOMA por causa da sua situação geoestratégica visto que está situado no ponto central das florestas de Manica, no entrocamento das principais vias de acesso da região, próximo do Zimbábwe sem contar com a fertilidade relativa dos seus solos. *ibidem*

⁸³ A segurança relativa oferecida pela IFLOMA e pelo corredor da Beira, assim como as facilidades sócio-económicas oferecidas pelo projecto transformaram o posto administrativo de Messica num local bastante atractivo para as populações em geral, e num local de investimento relativamente seguro para os privados.

⁸⁴ Refiro-me essencialmente à disponibilidade de infra-estruturas económicas coloniais como florestas, vias de acesso, barragem. Ver capítulo II, ponto 3.1. e capítulo IV ponto 1, para mais detalhes.

⁸⁵ Alexander, 1994 : 8

a) Bases políticas e sociais do desenvolvimento florestal.

Na altura, previa-se que um dos mais importantes impactos do projecto fosse o desenvolvimento regional da parte ocidental da província de Manica, que fora bastante afectada pelo encerramento das fronteiras e pela guerra de libertação do Zimbábwe. Assim, o projecto tornar-se-ia numa das mais importantes indústrias da região, e a complexa infraestrutura associada contribuiria de modo significativo para o desenvolvimento global da região.⁸⁶

De acordo com dados governamentais⁸⁷, o projecto ofereceria postos de emprego à cerca de 2.800 pessoas, além das pessoas indirectamente empregadas pela empresa em actividades como o comércio e serviços sociais.

A produção de quantidades significativas de novos materiais de construção ajudaria a responder as necessidades básicas de alojamento em Moçambique e estimularia directa e indirectamente as actividades de construção e de outras indústrias do ramo.

Outro benefício importante relacionava-se com a contribuição do projecto em actividades de reflorestamento regional propostas ou em curso: As plantações florestais foram desenvolvidas durante um período de tempo relativamente longo, e o referido projecto representava o primeiro grande investimento para a utilização sustentável dessas plantações. Como o projecto seria auto-sustentável, contribuiria de modo significativo para as fundações técnicas e infra-estruturas de qualquer desenvolvimento posterior naquele sentido.⁸⁸

⁸⁶ Conselho de Ministros, 1980 : 3

⁸⁷ Conselho de Ministros, 1980 : 3

⁸⁸ Conselho de Ministros, 1980 : 3

b) Bases económicas do desenvolvimento florestal.

Segundo Modo Chemetics, a madeira serrada obtida das florestas de Manica era apropriada para o uso doméstico em armações de mobiliários, mercenaria e diversas outras construções.⁸⁹ Segundo o referido investigador, a percentagem de madeira serrada de alta qualidade era limitada, mas até 40% da sua produção encontraria mercados de exportação se fossem utilizados bons métodos de serração e à preços competitivos. Como a madeira de pinho não era resistente aos fungos e insectos, 25% da sua produção seria empregada para uso em construções permanentes.⁹⁰

Atendendo que, na altura, os painéis eram quase desconhecidos em Moçambique, era importante que a sua qualidade fosse boa, para facilitar a sua aceitação nos mercados de consumo. Segundo Chemetics, "*no projecto IFLOMA a qualidade dos painéis produzidos dependeria sobretudo das técnicas manufactureiras e não das matérias primas disponíveis*".⁹¹ Com base neste e noutros estudos, o governo de Moçambique definiu metas para o impacto económico das indústrias florestais da província de Manica sobre os outros sectores económicos. Pouco antes, o III Congresso da FRELIMO também já havia definido os requisitos para o impacto do *Complexo Industrial e Florestal de Manica* sobre as outras indústrias do ramo. Esses planos chamavam a acção, por exemplo, a um levantamento florestal ao nível nacional; ao controle da exploração das espécies valiosas; à regeneração florestal; abastecimento da população local em recursos madeireiros e seus derivados; expansão das plantações de espécies de rápido crescimento, especialmente na província de

⁸⁹ Ibidem

⁹⁰ Idem

⁹¹ Mas não haveria qualquer razão técnica para que a fábrica não produzisse produtos de boa qualidade, à preços competitivos e aceitáveis nos Países vizinhos. No início o único factor restritivo seria a falta de conhecimentos técnicos e tecnológicos de fabricação de painéis. Conselho de Ministros, 1980 citando Chemetics.

Manica , para fornecer matéria-prima às indústrias de painéis, polpa de papel e cartão; aumentar a produção de madeira prensada e painéis.

Em resumo, os objectivos fixados pelo governo de Moçambique para o projecto IFLOMA⁹² foram os seguintes: i) Usar e desenvolver os recursos florestais existentes, através de um desenvolvimento industrial em larga escala e economicamente viável. ii) Abastecer o mercado interno com produtos florestais, especialmente o papel para escrever e imprimir, em apoio aos planos sociais e económicos do governo. iii) Melhorar a balança de pagamentos. iv) Melhorar o nível de conhecimentos técnicos e comerciais do País. v) Favorecer o assentamento populacional e criar postos de emprego de forma directa e indirecta.

Para assegurar que esses objectivos fossem atingidos o governo adoptou as seguintes medidas: i) A partir de então, as importações de produtos de madeiras passaram a ser sujeitas à autorizações e a altas taxas alfandegárias para eliminar a competição estrangeira - protecção do Estado. ii) Enquanto os fornecedores nacionais respondessem às necessidades do País em produtos de madeira e seus derivados não seriam permitidas importações de tais produtos.⁹³

Entretanto, os painéis não eram bons produtos para a exportação, e geralmente eram produzidos nas áreas de mercado para evitar que os custos do seu transporte os tornassem cada vez mais caros e menos competitivos nos mercados, mas a Zâmbia e o Zimbábwe que na altura não dispunham de indústrias de painéis, constituíram os potenciais consumidores do volume exportável dos painéis provenientes da fábrica de Manica, além disso, para o

⁹² Como vinha estabelecido nos termos de referência do estudo de viabilidade económica do projecto. Conselho de Ministros, op.cit.

⁹³ Porque nos mercados de exportação a concorrência era muito forte: A Tanzania e, muito particularmente, a Africa do sul tinham potencial para exportar madeiras moles serradas de alta qualidade e, logicamente, competiriam pelos mesmos mercados.

vasto programa de construção das aldeias comunais, que na altura se iniciava em Moçambique, previa-se que seria utilizada em larga escala a madeira serrada e painéis provenientes da IFLOMA.⁹⁴

⁹⁴ Conselho de Ministros, 1980 : 3; 4;15.

Capítulo III: Migrações

Por razões históricas e sócio-económicas que se prendem com a procura de melhores condições de vida e com as guerras, as populações de Messica possuem um tradição de migrações desde tempos remotos, sendo os homens os que estão mais sujeitos as migrações dentro e fora do País.⁹⁵ Devido a sua complexibilidade, e por questões metodológicas, o tema foi dividido em três períodos principais:

1. Período de 1980-1986.

Embora em anos anteriores tivessem ocorrido alguns casos de movimentos populacionais de e para o vizinho Zimbábwe, no período pós-independência as migrações como um fenómeno social de massas tornaram-se mais evidentes a partir de 1980.⁹⁶

Segundo uma testemunha oral,⁹⁷ antes da instalação da IFLOMA, o local era habitado por trabalhadores do Elvas e suas famílias que ocupavam a farma segundo os padrões coloniais de ocupação das terras da segunda classe.⁹⁸

Na sequência da criação da IFLOMA, os camponeses locais foram mobilizados e indenizados pelo Estado para se incorporarem nas aldeias comunais ou ocupar as antigas *reservas indígenas*. Essas populações são hoje consideradas os verdadeiros naturais do local.⁹⁹ Também, no âmbito da construção da IFLOMA, os estudos de viabilidade de Poyry¹⁰⁰ indicavam que o projecto empregasse cerca de 2.800 pessoas em operações de

⁹⁵ Administração de Manica, 1999: 6.

⁹⁶ Entre 1980-1995 o posto administrativo de Messica conheceu um extraordinário crescimento populacional na ordem de 32.266 habitantes: de 25.000 habitantes existentes em 1980 para 57.266 habitantes em 1995 e 45.218 em 1997 numa superfície de apenas 819 km². Enoque, 1994 : 14; Administração de Manica, 1999 : 7; SPPF, 1994 : 19 ; ver também anexo 2; tabela 1

⁹⁷ Entrevista. Aramane. Messica, (9.07.98)

⁹⁸ Isto significa que viviam com as suas famílias no interior da farma desenvolvendo uma agricultura em moldes quase feudais de produção.

⁹⁹ Entrevista. Aramane. Messica, (9.07.98)

¹⁰⁰ Poyry citado por Conselho de Ministros, 1980 : 7

abate, transporte, transformação, supervisão e escritório, sem contar com as pessoas que seriam empregadas indirectamente em actividades comerciais e serviços sociais. Assim, o projecto estabilizaria a base de emprego na região oferecendo possibilidades de emprego a uma ampla variedade de pessoas, a todos os níveis de especialização, e favoreceria o assentamento populacional no local.¹⁰¹

Numa primeira fase, o projecto empregou 50 trabalhadores nos sectores de supervisão e escritórios; 160 trabalhadores especializados e semi-especializados, e 205 não especializados na parte técnica.¹⁰²

Para as operações de abate e transporte da madeira foram empregues cerca de 250 trabalhadores especializados e 150 não especializados.

Algumas das primeiras tarefas da parte técnica foram as seguintes: i) Preparar um programa amplo de recrutamento e formação de trabalhadores; ii) Rever a capacidade das instituições nacionais de formação para o fornecimento da mão de obra instruída; iii) Explorar as possibilidades de recrutar técnicos estrangeiros provenientes dos Países vizinhos e da Suécia para apoiarem o programa de formação, e satisfazerem as necessidades específicas do projecto em termos de mão de obra especializada.

Previa-se que a formação desses trabalhadores fosse realizada no próprio local de trabalho, segundo um programa detalhado de formação preparado por técnicos nacionais e alguns consultores estrangeiros.¹⁰³ Essas projecções ofereceram um grande impulso para a concentração de populações no local, implicando um aumento populacional na ordem de mais de 2.800 habitantes numa primeira fase.

¹⁰¹ Conselho de Ministros, op.cit : 7-8

¹⁰² Conselho de Ministros, 1980 : 7

¹⁰³ Poyry citado por Conselho de Ministros, 1980 : 7.

Para satisfazer as necessidades específicas dos trabalhadores, em 1983 foi criado um bairro residencial - *habitação* - juntamente com uma complexa infra-estrutura social associada, exclusivamente reservada aos trabalhadores da IFLOMA.

Em relação às primeiras aldeias comunais, elas foram construídas em grande medida entre 1982 e 1983 junto do corredor da Beira e em redor da fábrica. A necessidade do projecto em termos de força de trabalho (2.800 trabalhadores) influenciou significativamente para a sua construção, com objectivo de facilitar o aprovisionamento da mão de obra. Enquadrada no projecto de "*socialização rural*", a construção das aldeias comunais tinha também como um dos principais objectivos melhorar a disponibilidade dos serviços sociais e permitir a transição das formas de produção individuais para as formas de produção colectivas. Muitas delas foram construídas em locais anteriormente destinadas às farmas coloniais abandonadas ou nas antigas reservas indígenas, desalojando o grupo de pequenos agricultores ali estabelecidos durante o período colonial.

2. Período de 1986-1992

Os ataques da RENAMO contra as comunidades vizinhas posto administrativo de Messica intensificaram entre 1986 à 1990 limitando severamente o controle governamental nas áreas situadas fora do controle da segurança da IFLOMA. A presença simbólica e física do Estado, representada pela IFLOMA e pelas aldeias comunais, constituía alvo privilegiado dos ataques da RENAMO e, como as aldeias comunais situadas nas referidas comunidades possuíam uma presença militar governamental demasiado fraca, foram transformadas em objectos de destruição maciça.¹⁰⁴

¹⁰⁴ Alexander, 1994.

Na altura, o posto administrativo de Messica era o único local que possuía uma presença militar relativamente forte, e comunicações suficientemente eficientes para repelir os ataques, tendo por isso sido transformado num local de refúgio e de trânsito seguro para as populações afectadas pela guerra. Elas começaram por se concentrar nas localidades periféricas e, gradualmente, a medida que a guerra intensificava, dirigiram-se para a sede do posto. Outras, principalmente jovens do sexo masculino, procuraram refúgio no Zimbábwe. A fama de segurança sob o ponto de vista militar e geo-estratégico, adicionada às facilidades sociais oferecidas pelo projecto influenciaram significativamente para as movimentações das populações à partir de 1986. Como recordava um ex-oficial desmobilizado que actuou no local na altura:

...de facto, foram momentos muito bonitos (...) refugiou-se aqui muita gente, vinda de Sussundenga, Vanduze, Chimoio, Gondola, Manica, Catandica, à procura de segurança (...) Recebiam comida e roupa do PMA¹⁰⁵, DPCCN, ACNUR (...) o maior afluxo registou-se entre 1986-1992 (...) por causa da sua posição geo-estratégica e militar, Messica chegou a ser cognominada de "*pequeno Madagascar*"¹⁰⁶ (...) porque foi o único local onde o inimigo não conseguiu entrar nunca (...) Messica estava muito bem guarnecida com forças conjuntas Zimbabweanas e Moçambicanas.¹⁰⁷

Tal como no tempo colonial, as autoridades Moçambicanas evitavam exercer pressões sobre as populações locais.¹⁰⁸ Pelo contrário, ofereceram protecção especial, principalmente porque estavam muito mais integradas no sistema político vigente, muito bem organizadas territorialmente e, por conseguinte, eram muito mais fáceis de controlar e governar.¹⁰⁹

¹⁰⁵ PMA: Programa Mundial de Alimentação.

¹⁰⁶ Messica situa-se na confluência dos rios Messica e Révuè, é atravessada pelo corredor da Beira e linha férrea.

¹⁰⁷ Entrevista. Nharrugue. Manica, (30.01.99)

¹⁰⁸ O actual distrito de Manica era, para os Portugueses, uma "*circunscrição de fronteira*" e, para evitar fugas descontroladas como as que ocorreram em 1908, para o actual Zimbábwe, o Estado colonial evitava exercer muitas pressões sobre os camponeses e, o local foi por isso relativamente menos afectado pelo recrutamento forçado para o chibalo e pelas culturas forçadas. Bannerman, 1993 : 93.

¹⁰⁹ Ver Greffray, 1990; para um estudo mais detalhado.

No fundo, pretendia-se atingir os objectivos clássicos de contra-guerrilha que consistem em imprimir no local uma dinâmica de desenvolvimento em benefício das comunidades locais, baseada na promoção dos serviços sociais básicos,¹¹⁰ com objectivo de angariar aliados no seio das populações e contrabalançar as influências da oposição na região.¹¹¹

Estes factos fizeram com que as populações de Messica ocupassem uma posição privilegiada relativamente às comunidades vizinhas.

3. Período de 1992-1995.

A evacuação levou as populações das comunidades vizinhas de Messica para Messica-sede, onde receberam apoio material e moral por parte do Estado e das ONGs. Pouco antes dos acordos de Paz de 1992 estava concentrado na sede do posto um número relativamente elevado de populações deslocadas, tendo aumentado, depois dos acordos, com o regresso dos que se tinham refugiado no Zimbabwe. A maioria dos afectados¹¹², no princípio consideravam a actual residência apenas como uma casa temporária, esperando pelo dia em que tivessem possibilidades de regressar definitivamente às suas *terras de origem*.¹¹³ Porém, muitos não chegaram a ter possibilidades e permaneceram no local até hoje; outros deslocaram-se de modo fragmentário, sem uma lógica de direcção, afectados por factores como a duração da permanência fora da casa, as condições da residência e as expectativas em relação ao futuro,¹¹⁴ outros ainda, acharam que as condições de vida nas suas *terras de origem* eram muito mais difíceis do que em Messica, e preferiram deslocar-se para outros locais que possuíam condições muito mais

¹¹⁰ Como educação, saúde, emprego e segurança.

¹¹¹ O local foi transformado numa espécie de "zona tampão". Ver Coelho, 1993; para mais detalhes

¹¹² Refiro-me aos deslocados e repatriados.

¹¹³ Entrevista. Assistente do posto. Messica, (jan. 1999)

¹¹⁴ Porém, muitos acharam que seria perigoso proceder assim, ou que as condições de vida nas suas terras de origem eram muito mais difíceis.

aliciantes que as das suas *terras de origem*; um último grupo permaneceu no local porque os laços sociais que estabeleceram na sede do posto se tornaram muito mais fortes do que os que os prendiam às suas *terras de origem*.¹¹⁵

Em termos de populações existentes, até ao ano de 1995, o número de populações deslocadas e repatriadas era mais representativo. No entanto, como resultado da realização das eleições presidenciais em 1994, a partir de 1995, registou-se uma redução na ordem de 12.046 pessoas - de 57.266 habitantes existentes em 1995 para 45.218 em 1997, - porque as populações começaram a retornar gradualmente as suas zonas antigas zonas de residência, abandonando o sistema de aldeias comunais, e pode se afirmar que registou-se uma emigração interna. Antes da realização da desmobilização das forças armadas e das eleições presidenciais de 1994, as populações recebiam a deterioração da situação de segurança.¹¹⁶ Elas acreditavam que uma paz definitiva só seria possível depois da desmobilização do exército, das eleições presidenciais, e se tivessem a certeza que o partido perdedor aceitaria conviver com a situação.

Para muitos, a assinatura dos acordos de paz em 1992, só por si, não significava o fim da guerra. Queriam antes ter a certeza que o partido perdedor aceitaria conviver com a situação; por isso o dia das eleições era esperado em Messica, com expectativa, como um momento decisivo, uma oportunidade positiva para se exercer o verdadeiro direito democrático, mas também, como um acontecimento extremamente perigoso e desestabilizador.¹¹⁷

¹¹⁵ Entrevista. Assistente. Messica, (jan. 1999)

¹¹⁶ Entrevista. Assistente. Messica, (jan. 1999); Entrevista. Castelo. Messica, (jan. 1999)

¹¹⁷ *Ibidem*

Capítulo IV: Terras

Como a agricultura constitui a actividade económica principal, a terra tem sido o recurso natural mais procurado e explorado pelas populações do posto administrativo de Messica.¹¹⁸

1. Evolução da história do acesso e uso das terras.

A evolução da história do acesso e posse da terra em Messica foi marcada por diferentes momentos, em que os denominadores comuns das políticas adoptadas, quer no período colonial, quer no pós independência foi a preocupação das autoridades pela ocupação das melhores terras, a expropriação das terras dos camponeses e, finalmente, a tomada de medidas restritivas no sentido de limitar a expansão da sua produção e coagi-los a aceitar o papel de fornecedores da força de trabalho.¹¹⁹ As famílias africanas notáveis porque detinham um certo prestígio social ligados aos cultos tradicionais, ou porque tinham um boa posição económica ou política saíam geralmente beneficiadas no meio destas situações.

A discussão que se segue incide basicamente sobre a problemática das terras, e procura ilustrar tanto as extremas rupturas provocadas pela intervenção estatal e pela guerra, como as características que moldam os actuais conflitos de terras.

No período pós-independência a política nacional de terras foi declarada pela primeira vez na constituição de 1975 e dizia que "*a terra pertencia ao povo como um todo, através do Estado*". Em 1979 foi promulgada a nova lei de terras (lei nº 6/79).¹²⁰ Em Messica, os padrões de ocupação de terras nesse período, foram condicionados por factores

¹¹⁸ Administração de Manica, 1999: 20

¹¹⁹ Valá, 1996 : IV

¹²⁰ Myers, 1993 : 74

como a oferta de segurança no período do conflito armado, a existência de investimentos coloniais e pós-independência, a sua proximidade em relação ao corredor da Beira, a existência de infra-estruturas sociais e a existência de recursos hídricos abundantes. Devido à sua complexibilidade, o tema foi dividido em quatro períodos principais:

i) Período de 1975-1983: Este espaço de tempo compreendido entre a independência nacional e a criação da IFLOMA foi um período de indecisão quanto ao futuro das florestas de Manica. Os pequenos agricultores africanos procuraram substituir os fazendeiros portugueses que abandonaram o País. Os camponeses que viviam *em fruição da gleba*¹²¹ durante o período colonial sentiam-se no direito de se apropriarem das terras dos seus patrões; os camponeses que viviam nas *reservas indígenas* sentiam que "*tinha chegado a hora*" de também eles, se beneficiarem das terras das fazendas coloniais abandonadas. Perante estas tendências, as plantações florestais de Manica foram tomadas de "assalto", tendo-se assistido a uma verdadeira corrida pelas fazendas abandonadas, em que cada camponês tentava, por si, *ajustar as contas com a história*, recuperando terras que lhes foram expropriadas no período colonial, ou ocupando terras que sempre ambicionaram, mas que o regime colonial tinha posto fora do seu alcance.

ii) Período de 1983-1987: Nestes quatro anos de vida da IFLOMA verificaram-se processos contraditórios. A conjuntura política sob a qual o País vivia era caracterizada pelo conflito armado, e por uma estratégia de desenvolvimento rural que se assentava na *política de socialização rural*, pressupondo o agrupamento das populações em aldeias comunais, criação de machambas e indústrias estatais, onde os operários agrícolas, os camponeses e os cooperativistas, enfim, "*o proletariado, os que apenas possuíam a sua força de trabalho para vender*" eram considerados "*os principais agentes da mudança*"

¹²¹ Refere-se aos terrenos da segunda classe.

social". Esta estratégia dava ênfase especial ao sector estatal, cooperativo e à socialização do campo.

Neste âmbito, a IFLOMA foi incumbida, segundo um decreto presidencial,¹²² a desenvolver "*alguns domínios florestais na região em carácter de exclusividade em que a amplitude da sua acção e intenção no sector dependeriam do despacho do ministro da agricultura*".¹²³

O artigo 23 do regulamento interno da empresa referia que para os casos de litígios envolvendo a IFLOMA e as outras empresas estatais, seriam resolvidos por despacho do Ministro da Agricultura e da entidade ou entidades de que dependessem as outras empresas. Salvo no disposto neste número, competiria aos tribunais judiciais o julgamento de todos os litígios que envolvessem a IFLOMA.

Em relação às suas atribuições e objectos, o artigo 2 estipulava que a IFLOMA tinha como principal objecto de trabalho a industrialização das plantações florestais existentes em Manica em particular, e das florestas em geral, assim como desenvolver acções de reflorestamento territorial. Mais adiante, o artigo referia que constituíam igualmente atribuições da empresa, "*administrar as florestas cedidas pelo Estado em carácter de gozo e usufruto exclusivo*"¹²⁴.

A empresa foi também incumbida de implementar, executar e administrar o projecto industrial e florestal de Manica - FO 1 - que, desde 1978, era executado pela Comissão nacional do plano em colaboração com os Países Nórdicos, e administrar as serrações locais de madeiras que se encontravam abandonadas.

¹²² Conselho de Ministros, 1980 : 2

¹²³ Tal como as antigas companhias concessionárias.

¹²⁴ Conselho de Ministros, 1980 : 2

Portanto, todos os direitos de ocupação e gestão de terras florestais de Manica passaram, quase que exclusivamente, para o controle de uma só empresa - a IFLOMA. O problema de ocupação das farmas coloniais abandonadas ficou assim *resolvido* ; os tradicionais conflitos entre as pequenas empresas de exploração de madeiras ficaram também resolvidos pois, a IFLOMA passou a fazer a planificação da ocupação das terras e a manutenção das florestas. Até porque a ideia de reflorestamento territorial encontrou eco na sua implementação.¹²⁵

Os camponeses que antes tentaram *repôr a justiça e os caminhos da história pelas suas próprias mãos*, apropriando-se das farmas abandonadas, acabaram por ser considerados como *potenciais candidatos à "pequenos burgueses"* e a *"senhores latifundiários"*. Com o agravamento do conflito armado e a concentração das populações em aldeias comunais o descontentamento no seio do campesinato generalizou-se, pois, mais uma vez sentiam-se injustiçados e expropriados das suas terras *legítimas*.¹²⁶

iii) Período de 1987-1992: Período em que vigorou o PRE.¹²⁷ Os naturais começaram a reclamar as suas terras, alegando direitos que datavam do período colonial e pré-colonial, ignorando o facto de terem sido indenizados na altura.¹²⁸ A redistribuição das terras para o sector familiar e privado minimizou as reclamações de terras. Porém, com a chegada das populações deslocadas em massa a partir de 1986, verificaram-se novas *usurpações* e destruições das terras ocupadas pelas florestas da IFLOMA e pelo pipeline Zimbabweano.

O PRE e o agravamento do conflito armado catalizaram este processo. Em relação a este aspecto Roesch refere que a procura desenfreada de terras aráveis verificada a partir

¹²⁵ Entrevista. Macateco, Messica (jan.1999)

¹²⁶ Ver capítulo V, ponto 1 para mais detalhes.

¹²⁷ Programa de Reajustamento Estrutural

¹²⁸ Entrevista. Aramane, Messica, (jan.1999); Entrevista. Olímpio, Messica, (jan 1999)

de 1987 derivou da diminuição do poder de compra de produtos alimentares por parte das populações em resultado da introdução do PRE, e da deterioração da situação de segurança nas zonas rurais.¹²⁹

A empresa viu as suas terras a serem progressivamente distribuídas e ocupadas pelo sector familiar, privado, associações e cooperativas. Começou a surgir um sector privado forte, que produzia para mercado livre, competitivo e muito pouco regulado. Muitas famílias locais, deslocadas ou não começaram a enfrentar problemas de conflitos de terras com a IFLOMA ou com o sector privado, pois era exactamente nos mesmos espaços que se concentravam os interesses das populações, do Estado e o grosso dos pedidos de terras dos privados. Este período foi também caracterizado por uma acelerada degradação ambiental, calamidades naturais, etc.

iv) Período de 1992-1995: Como consequência dos acordos gerais de paz realizado em 1992, verificou-se uma mudança no sistema de governação e na política de socialização rural, em que muitas questões relativas à ocupação de terras, incluindo a política de socialização rural, foram revogadas. Ao nível nacional notou-se um processo de *despolitização* e *descentralização* das questões ligadas às terras. Houve um maior envolvimento das populações em geral no processo de distribuição, evidenciado pela inserção dos representantes das comunidades nas comissões de terras. Apesar de as estruturas partidárias terem tido uma presença forte, elas tiveram que interagir com outras forças existentes.¹³⁰

No entanto, não foram clarificados os direitos que estavam sendo transferidos, o que contribuiu para o surgimento de insegurança de posse das terras.

¹²⁹ Roesch, 1992 : 16

¹³⁰ Valá, 1996; também faz referências a estes factos.

Muitos projectos florestais,¹³¹ que antes estavam sob tutela do Estado, não possuíam uma força legal ou suficientemente forte que lhes garantisse a posse das terras que ocupavam na então conjuntura política, ficando muitas vezes sem os instrumentos legais de actuação para enfrentar os conflitos de terras. O Estado nem se preocupou em criar regulamentos legais para a reafixação das terras e defesa dos povoamentos florestais implantados. As consequências deste fenómeno não se fizeram esperar: Ano após ano as populações começaram a invadir as plantações florestais da IFLOMA, para abrir machambas, que em muitos casos foram responsáveis pela degradação ambiental e pela falência da IFLOMA, comprometendo o programa de extensão florestal.¹³²

Enquanto isto, os conflitos de terras entre as comunidades locais e as populações deslocadas também aumentavam nitidamente. A partir de 1986 as populações deslocadas começaram a chegar em massa, povoando e destruindo extensas áreas florestais situadas ao longo do pipeline Zimbabweano, nos vales e nas zonas adjacentes às florestas da IFLOMA. Este facto provocou graves perturbações sociais, pois, as populações residentes começaram a desenvolver uma certa hostilidade contra as populações afectadas pela guerra, queixando-se de estarem a ser vítimas de usurpações de terras por parte delas. As populações deslocadas começaram então a enfrentar barreiras para adquirir terras pois elas não tinham os mesmos direitos, não possuíam as mesmas capacidades e influências que as grandes empresa, que alguns agricultores privados e que as populações residentes. As populações afectadas pela guerra começaram a ficar sem terras, com poucas esperanças de obtê-las ou com risco de perder a pouca que possuíam.

¹³¹ Incluindo a IFLOMA.

¹³² Entrevista. Macateco, Messica (jan 1999)

2. Formas de acesso e posse da terra (1990-1999).

Com diferenças maiores ou menores, em geral a distribuição de terras para construção de habitação e agricultura familiar tem sido gratuita,¹³³ tal como vem estabelecido na lei de terras de 1997. No entanto, segundo a administração local, para adquirir terras no local é necessário passar por algumas formalidades, nomeadamente, a convocação de uma reunião pela administração com a comunidade para auscultação sobre se o terreno se encontra de facto livre. Depois de receber uma resposta positiva por parte comunidade, o régulo deve fazer uma declaração por escrito na presença de três testemunhas. Finalmente, o pedido é encaminhado às estruturas competentes.¹³⁴

Nas palavras do régulo de Matrabulo, a maneira mais comum de adquirir terras no local têm sido com base no direito consuetudinário, em que o régulo concede uma porção de terra à um chefe de família ou requerente em troca de um presente simbólico constituído por um garrafão de vinho, uma capulana um cabrito e uma quantia de 150.000,00 mt em dinheiro.¹³⁵ Os presentes são depois apresentados pelo régulo ao responsável da casa de culto para a realização das cerimónias tradicionais. Finalmente, a comunidade é convidada a participar na festa cerimonial para ser apresentada oficialmente o requerente e testemunhar a entrega da machamba. Só depois deste processo é que o pedido é encaminhado às entidades administrativas para realizarem a formalização o acto. Tal como foi referido acima, o processo de formalização consiste na apresentação de uma declaração

¹³³ ACNUR, 1996 : 5

¹³⁴ Entrevista. Castelo. Messica, (jan 1999).

¹³⁵ Entrevista. Simão Daússe Garuzo (Régulo de Matrabulo). Messica, (25.01.99).

escrita pelas autoridades tradicionais na presença de três testemunhas que sejam membros da comunidade.¹³⁶

Tal como vem estabelecido na lei de terras de 1997, a terra não é nem vendida, nem comprada, nem alugada. Mas pode ser doada, herdada ou emprestada, e todas as árvores que estiverem no interior da machamba passam a pertencer ao requerente.¹³⁷ Neste momento, apenas existem pessoas que requereram licenças precárias, e o seu número é significativo.¹³⁸

Na prática, tal como aconteceu no tempo colonial, muitas dessas concessões não são mais do que simples nomes pois, uns nunca chegaram à explorá-las, outros,¹³⁹ pelo menos até Fevereiro de 1999, aguardavam despachos da sede do distrito, um terceiro grupo utiliza-as para fins especulativos, outros ainda, candidataram-se exclusivamente para utilizar a sua autorização como um meio de obter um empréstimo bancário e depois desviar o dinheiro para outros fins, diferentes da agricultura.¹⁴⁰

Na realidade, a maior parte dos "*candidatos a senhores de terras*" não se dão ao trabalho de seguir os canais oficiais de candidaturas, e tal omissão deve-se a um certo número de factores, nomeadamente, o desejo de evitar, a incapacidade de arcar com os custos dos registos estimados em 500.000, 00¹⁴¹, a incapacidade de pagar as taxas sobre a terra utilizada, a ignorância dos processos de registo, ou ainda, o facto de duvidarem da capacidade dos funcionários administrativos locais em fazer cumprir as leis em vigor.¹⁴²

¹³⁶ Geralmente constituídos pelo próprio régulo, secretário do grupo dinamizador e um elemento influente na comunidade. Durante a realização do trabalho de campo notei que as respostas das autoridades tradicionais muitas vezes coincidiam com as respostas dos funcionários da administração local.

¹³⁷ ACNUR, 1996 : 5.

¹³⁸ Ver o quadro 1, anexo 3.

¹³⁹ Um total de 20 pessoas.

¹⁴⁰ Entrevista. Castelo. Messica, (1999) ; Alexander, 1994 : 23; ver também Cap.II, ponto 2.1. para mais detalhes.

¹⁴¹ Segundo Alexander, 1994.

¹⁴² Roesch, 1992 : 28.

Quase todos requerentes são naturais da região, constituídos principalmente por aqueles que foram empregados ou gerentes das antigas machambas e empresas estatais,¹⁴³ que, por terem tido acesso privilegiado aos meios de produção, particularmente à maquinaria agrícola como os tractores, ficaram em posição relativamente vantajosa para submeter pedidos de concessões de terras e explorá-las de forma especulativa, sublinhando o papel do acesso aos recursos estatais nos actuais processos de acumulação do sector privado.¹⁴⁴ Outros provêm das fileiras dos funcionários públicos locais p.e. trabalhadores da IFLOMA, da administração e da AVIM, homens de negócios, antigos oficiais da FPLM e antigos combatentes da luta de libertação nacional.¹⁴⁵ O acesso às licenças precárias também tem sido uma das grandes aspirações de muitos "*pequenos agricultores prósperos*" locais, que se esforçaram e investiram no máximo para adquirir terras: alguns fizeram as suas economias durante o seu exílio no Zimbabwe no tempo do conflito armado, outros conseguiram acumular com base no trabalho migratório com o Zimbabwe, outros ainda, investiram as suas economias numa loja, tendo conseguido acumular o suficiente para comprar um tractor e em seguida candidatar-se à uma farma.¹⁴⁶

O investimento estrangeiro parece ser muito escasso, embora possa estar camuflado, pois alguns pedidos são registados em nome de nativos enquanto na prática são geridos por farmeiros estrangeiros de origem Zimbabweana. O impacto do investimento estrangeiro poderá, num futuro próximo ser muito significativo, particularmente em termos de interesses Zimbabweanos, aos olhos dos quais a abundância relativa de terras em Messica e a sua proximidade em relação ao seu País sempre lhes foram bastante atractivas.¹⁴⁷

¹⁴³ P.e. Paulo Cintura, actual administrador da IFLOMA. Ver anexo 3, tabela 1.

¹⁴⁴ Alexander, 1994; Roesh, 1992 : 27-29

¹⁴⁵ P.e. Joaquim Munhepe. Ver anexo 3, tabela 1.

¹⁴⁶ Alexander, 1994; também faz referências à este aspecto.

¹⁴⁷ Alexander, 1994.

Com base nas actuais políticas governamentais, no reconhecimento que muitos agricultores privados estão muito longe de serem eficientes, e com base na preocupação da administração local em relação a segurança dos agricultores familiares face aos agricultores de escala maior, as autoridades administrativas locais e algumas ONG passaram a apostar mais no sector familiar, oferecendo maiores facilidades ou apoios aos agricultores familiares e protegendo os direitos dos pequenos produtores organizados em cooperativas ou associações.¹⁴⁸

De facto, a presença de agências de auxílio estrangeiras aos camponeses locais tem se feito sentir na região desde 1984, e muitas começaram com ajuda alimentar para as vítimas do conflito armado, passando gradualmente para áreas de desenvolvimento rural e terras. Actualmente, o local tem sido privilegiado pelas acções dessas agências, não só devido aos problemas provocados pelo conflito armado e ao potencial agrícola, mas principalmente devido a sua proximidade em relação ao Zimbabwe, o que torna as operações, do ponto de vista logístico, mais simples do que em muitas outras regiões da província.¹⁴⁹ Adicionado à este aspecto, a partir de 1990, o movimento cooperativo entrou em processo de revitalização em todo o território nacional.¹⁵⁰ Várias ONGs passaram a utilizar as cooperativas e associações como instituições locais para o desenvolvimento comunitário, e as instituições do Estado e a UNAC procuraram reanimar o movimento, apoiando as cooperativas que ainda funcionavam e estimulando a criação de outras.

Em relação ao actual sistema cooperativo, Roesch refere que espelha, em muitos aspectos, os esquemas da agricultura colonial em bloco, em que as propriedades dos camponeses individuais fazem parte de blocos agrícolas maiores, nos quais cada família

¹⁴⁸ Vide Roesch, 1992 : 8; 14 e 27; Alexander, 1994; Entrevista. Castelo. Messica (jan. 1999)

¹⁴⁹ Administração de Manica, 1999: 21.

¹⁵⁰ Muthemba, 1998 : 38-39

recebe uma parcela para cultivar. As famílias que ocupam parcelas do mesmo bloco são encorajadas a formar associações ou cooperativas como o melhor processo para obterem financiamentos e assistência por parte do governo e das ONGs.¹⁵¹

De facto, as associações têm proporcionado algumas vantagens aos seus sócios, destacando-se as facilidades de acesso aos créditos estatais, dos agentes industriais e das ONGs; facilidades de aquisição de insumos agrícolas; facilidades de comercialização dos produtos; o monopólio da produção e venda de produtos nos mercados locais.¹⁵² Como consequência, actualmente verifica-se um grande empenho por parte dos camponeses em se organizarem em cooperativas e associações profissionais para se beneficiarem dessas facilidades e defenderem os seus direitos.¹⁵³

Segundo Roesch, embora os esquemas de organização dos camponeses em blocos ofereçam uma maior segurança de posse de terras aos camponeses, e maior assistência governamental e das ONGs, permitem, por outro lado, que o Estado e as ONGs exerçam um maior controlo sobre a produção camponesa.¹⁵⁴

Um importante elemento novo nas tentativas governamentais para estimular os camponeses a aderirem a este novo sistema cooperativo em blocos é a concessão de títulos legais de posse de terras que eles ocupam no interior de tais esquemas. Para Roesch, este novo programa, desencadeado em abril de 1988, constitui sem dúvida uma tentativa de assegurar aos camponeses direitos seguros sobre as terras que ocupam, na esperança de que façam investimentos necessários destinados ao aumento da produção, mas constitui também um discurso político visando assegurar o apoio dos camponeses ao governo contra

¹⁵¹ Roesch, 1992 : 19

¹⁵² Ver Muthemba, 1998; para mais detalhes

¹⁵³ Tal como os grêmios e cooperativas do tempo colonial ou as corporções profissionais e guildas da idade média.

¹⁵⁴ Roesch, 1992 : 19

as forças políticas da oposição.¹⁵⁵ Ao ponderar-mos minuciosamente sobre este ponto, vêm-nos a memória as palavras de Marcelino dos Santos que, perante a questão que lhe fora colocada numa entrevista em 1973, sobre como é que a FRELIMO asseguraria o *carácter popular da revolução* depois de alcançada a independência, respondeu nos seguintes termos:

A principal forma de assegurar a defesa [da soberania nacional] no futuro, consistirá em popularizar os objectivos revolucionários, criando uma situação tal que, se por alguma razão alguém, no futuro, quiser alterar esses objectivos, ele mesmo enfrentará a resistência das massas populares.¹⁵⁶

As novas cooperativas ou associações estão a emergir exactamente nos locais que foram farmas coloniais, transformadas em machambas estatais ou aldeias comunais. Em 1998, existiam em Messica cinco associações principais e três cooperativas agrícolas,¹⁵⁷ recebendo cada uma assistência especial por parte de algumas indústrias do ramo que operam na região e desenvolvem actividades relacionadas com a sua produção. Cite-se, por exemplo, a associação dos produtores de algodão que é financiada e assistida pela Textáfria e outras indústrias têxteis. A associação dos produtores de tabaco que recebe apoio da fábrica de tabacos do Zónuê e de Chimoio.

Essas cooperativas são diferentes das anteriores porque já não enfatizam a propriedade colectiva da terra e dos meios de produção segundo os critérios do modelo socialista, mas assentam, principalmente, na exploração da terra por uma determinada família que usufrui dos benefícios do seu trabalho, e na partilha de benefícios e serviços¹⁵⁸.

¹⁵⁵ Roesch, 1992 : 19

¹⁵⁶ Roesch, 1992 : 30 citando Saul, 1985.

¹⁵⁷ Ver anexo 3, tabela 2.

¹⁵⁸ Aluguer dos tractores, sistema de regadios, crédito agrário, etc.



Segundo Muthemba, as cooperativas contemporaneas também são diferentes das cooperativas coloniais porque os seus membros são "*cidadão de pleno direito*".¹⁵⁹ Todavia, pelo menos até 1997, enfrentavam as mesmas dificuldades que enfrentaram as cooperativas do tempo colonial: não conseguiam transformar-se em unidades de ajuda mútua entre os seus membros. As instituições que de facto jogavam o papel importante eram as estruturas familiares ou linhageiras. Segundo Muthemba, as cooperativas actuais são mais uma forma de obter financiamentos das instituições do Estado e ONGs.¹⁶⁰

3. Conflitos de terras (1992-1995)

Ao nível do posto administrativo de Messica, os conflitos de terras têm sido registados como um problema.¹⁶¹

Os padrões dos conflitos de terras, assim como as iniciativas desenvolvidas tanto pelos funcionários da administração como pela IFLOMA, pelos pequenos agricultores e pelo sector privado para resolver este tipo de conflitos são obviamente moldados pelos processos históricos, pelas sequelas do conflito armado e pelas políticas de desenvolvimento rural definidas pelo Estado até ao presente. São também moldados pela falta de clareza sobre as políticas e princípios respeitantes à eficiência das diferentes categorias de agricultores familiares, assim como pela insegurança política e pela pobreza.

Segundo Castelo, os casos mais graves de conflitos de terras foram registados entre os anos de 1986 à 1995, envolvendo populações afectadas pela guerra, populações residentes, privados e a IFLOMA. A partir de 1985 os conflitos de terras começaram a diminuir, à medida que os deslocados e regressados reasentavam. Segundo Castelo, naquele momento -janeiro de 1999 - podia se afirmar seguramente que as autoridades

¹⁵⁹ Muthemba, 1998: 38-39

¹⁶⁰ Muthemba, 1998: 38-39

¹⁶¹ Entrevista. Aramane, Olimpio, Cintura, Macateco. Messica, (Jan 1999)

administrativas locais tinham conseguido tomar controle da situação. Porém, os funcionários da IFLOMA refutaram com essa afirmação, afirmando que os conflitos de terras continuavam a existir como um problema, justificando que naquele momento, a IFLOMA tinham em tribunal alguns casos de camponeses que foram surpreendidos a praticar danos graves contra as florestas.¹⁶²

Segundo Castelo, nos anos anteriores, os principais factores que geravam conflitos de terras eram as disputas pela extensão dos limites das machambas as custas da machamba do vizinho, conflitos pela defesa dos locais sagrados (matero), disputas por terras situadas junto da estrada nacional nº6 e vales, fogo posto para a abertura de machamba, pastagens em unidades de produção da IFLOMA, caça, abate indiscriminado de florestas por madeireiros furtivos, prática de agricultura familiar em encostas montanhosas e nas nascentes dos rios¹⁶³ e, principalmente, conflitos de terras entre populações locais contra os deslocados, conflitos entre regressados e populações locais (deslocados e residentes), conflitos de terras entre as populações em geral (incluindo privados, deslocados, regressados e residentes) contra a IFLOMA por terras que lhes foram expropriadas aquando da construção da empresa no local.¹⁶⁴ Segundo a administração de Manica, conflitos de terras também têm sido registados entre famílias, nos casos em que morre um chefe da família e a viúva é desposada, pelos familiares do marido, da terra que utilizava com o marido na altura em que se encontrava em vida.¹⁶⁵

¹⁶² Ibidem

¹⁶³ Enfim, prática de agricultura familiar em zonas de protecção total ou parcial. Ibidem

¹⁶⁴ Entrevista. Castelo; Olímpio, Aramane, Cintura. Messica, (jan. 1999).

¹⁶⁵ Administração de Manica, 1999: 25

Segundo os técnicos da IFLOMA, em geral, administração local não tem conseguido conciliar os interesses da IFLOMA com os das comunidades locais, particularmente no que respeita aos conflitos de terras e de gado.¹⁶⁶

Finalmente, a natureza dos actuais conflitos de terras varia de lugar para lugar, verificando-se maiores conflitos nos locais onde existe maior concentração populacional e recursos naturais em abundância, concretamente Chirozo e Bandula situados na zona leste por se terem concentrado o grosso das populações deslocadas devido à fertilidade relativa dos seus solos e a segurança relativa ao longo do corredor da Beira.¹⁶⁷

4. Resolução de conflitos de terras.

Baseando-se nas actuais políticas governamentais,¹⁶⁸ e nas reclamações das populações residentes em relação aos "*usurpadores de terras*", em 1995 a administração comprometeu-se a defender os interesses das comunidades residentes mas "*sem prejudicar os interesses das populações não residentes*", tal como vem estabelecido na nova lei de terras.¹⁶⁹

Entretanto, esta decisão foi tomada sem o consentimento da IFLOMA, facto que fez com que esta não reconhecesse a sua legitimidade. Contudo, esse acto não impediu que as comunidades locais e as outras entidades que actuam no local, também não a reconhecessem.

Esta protecção da administração a favor dos interesses dos habitantes residentes, permitiu fortalecê-los mais uma vez, e ocupar uma posição privilegiada em relação às

¹⁶⁶ Entrevista. Macateco, Aramene e Olímpio, Messica, (jan. 1999)

¹⁶⁷ Entrevista. Cintura, Castelo, Olímpio e Aramane. Messica, (26.01.99)

¹⁶⁸ Lei de terras de 1997, no seu capítulo 12.

¹⁶⁹ Entrevista. Castelo. Messica, (jan 1999).

populações afectadas pela guerra, acentuando as diferenças sociais existentes entre eles e a expansão dos últimos.

Para os técnicos da IFLOMA a resolução do clima de tensões existente entre a empresa e as comunidades passa necessariamente pela resolução da situação sócio-económica em que vive a maior parte das populações locais pois, muitas carecem de um suporte técnico ou financeiro por parte do Estado - incentivo na base de uma política agrária nacional - razão pela qual não encontram outras alternativas de sobrevivência senão a prática de uma agricultura itinerante na base de monocultura em sequeiro. Isso, adicionado a escassez de terras férteis, provoca a procura desenfreada de terras para a agricultura.¹⁷⁰

Outro aspecto digno de menção é a situação sócio-cultural das populações locais, pois as sequelas do desenvolvimento herdadas do período colonial, o desenvolvimento das relações de produção do tipo socialista e mais tarde do tipo capitalista, enfim, a constante insegurança política, fez com que as populações deixassem de ter o "*hábito*" de respeitar e valorizar as propriedades alheias.¹⁷¹

Finalmente, a guerra constituiu o principal catalizador dos conflitos de terras porque provocou movimentos de populações das suas terras de origem para outras relativamente seguras, sob o ponto de vista geo-estratégico e militar, sendo a unidade de produção florestal de Bandula um exemplo bastante eloquente.¹⁷²

¹⁷⁰ Tal como acontece na maior parte dos Países em vias de desenvolvimento, a luta pela sobrevivência e a procura de um desenvolvimento ecologicamente sustentável entram constantemente em contradição. A oferta de alternativas de sobrevivência aos camponeses, cujos métodos não os conduzam a destruição de florestas surge aqui com uma das alternativas viáveis. É aconselhável a transformação das florestas em projectos geridos de forma sustentável e com capacidade para oferecer postos de emprego aos camponeses e as cooperativas, as associações agrícolas, as empresas ou projectos agró-pecuarios são apenas algumas alternativas possíveis.

¹⁷¹ Entrevista. Macateco. Messica, (jan. 1999)

¹⁷² IFLOMA, 1995.

Segundo os técnicos da IFLOMA, as experiências demonstraram que o desenvolvimento de actividades agro-pecuárias no interior das unidades de produção da IFLOMA nunca trouxe benefícios para a empresa, pelo contrário, constitui em si um perigo potencial para a sobrevivência das plantações florestais e foi responsável pela origem de 70% dos incêndios registados no período compreendido entre 1988-1994. Nessas condições, a agricultura itinerante tornou-se na prática e na essência destrutiva para o equilíbrio ecológico, além de que os próprios camponeses ficam também sujeitos às consequências negativas da auto-destruição.¹⁷³

Além da agricultura familiar, a terra é utilizada para o fabrico de tijolos o que torna os solos situados junto das margens dos rios cada vez mais vulneráveis às erosões.

Como se pode observar, em geral, o ritmo de uso das terras e florestas não é acompanhado de medidas de reposição por parte das populações, o que cria o empobrecimento dos solos e esgotamento de terras férteis.

Considerando urgente o melhoramento do estado de conservação dos solos e florestas, a IFLOMA em coordenação com as autoridades locais, programaram uma série de acções de educação cívica a serem desenvolvidas, informando aos camponeses sobre os perigos da destruição de florestas, sensibilizando-os sobre a necessidade de respeitar a regeneração natural dos solos e florestas não praticando queimadas descontroladas, e estabelecendo áreas isentas de actividades agrícolas para permitir a regeneração natural dos solos. Em resumo, as principais actividades que tem sido desenvolvidas são as seguintes:

- i) Deixar as populações desenvolverem as suas actividades no interior das florestas, mas não em regime de concessão, ficando sujeitas a insegurança de posse de terras; ii) Desenvolvimento de campanhas de sensibilização aos camponeses ao nível da base,

¹⁷³ Entrevista. Macateco. Messica, (Jan. 1999)

apelando-os para evitarem praticar queimadas descontroladas que anualmente dizimam milhares de hectares de florestas; iii) Estimular os intervenientes nestas campanhas com dinheiro e bens materiais (Segundo os técnicos da IFLOMA, resultados têm sido satisfatórios)¹⁷⁴; iv) Criação de uma comissão mista para fiscalizar o grau de participação dos camponeses no melhoramento do estado de conservação dos solos e florestas e canalizar as entidades competentes os casos mais graves de infrações identificadas, depois de esgotados todos os recursos.

¹⁷⁴ IFLOMA, 1997; Pancrácio, 1991.

Capítulo V: Economia Camponesa

1. Produção familiar e produção florestal.

O objectivo principal deste capítulo é de analisar o impacto do desenvolvimento florestal sobre a produção familiar e vice-versa, estudar o grau de integração dos camponeses na economia monetária (que se processou por intermédio da IFLOMA) e avaliar até que ponto essa integração contribuiu para reforçar as diferenças sociais existentes entre eles.

Finalmente, pretende saber qual tem sido o impacto do desaparecimento da IFLOMA para a estabilidade dos outros sectores económicos ou indústrias, cujas actividades se desenvolveram estimuladas pelo desenvolvimento da IFLOMA.¹⁷⁵

Fazendo uma retrospectiva histórica, pode-se concluir que o processo do desenvolvimento IFLOMA teve muitas relações com os fenómenos de assentamentos populacionais pois, a sua instalação implicou, à prior, a concentração de populações em comunidades humanas sedentárias ou aldeias comunais, organizadas e planificadas pelo Estado.¹⁷⁶

Infelizmente, apesar de ter tido uma mensagem inicialmente aliciante, os resultados desta política foram tão decepcionantes para IFLOMA como fora no passado para a Companhia de Moçambique e para a administração colonial pois, paralelamente ao tipo de organização colectiva, a produção continuou a ser organizada numa base familiar, coexistindo com as formas de produção colectivas, porque as necessidades alimentares e económicas tornaram-se muito mais importantes para as populações do que a produção de

¹⁷⁵ Exemplo a agricultura familiar, o comércio informal e os serviços.

¹⁷⁶ Entrevista. Aramane. Messica, (1999); Assistente. Messica, (Jan. 1999); Castelo. Messica, (Jan. 1999); Garuzo. Messica, (Jan. 1999).

florestas. Portanto, o sector familiar revelou-se como um dos principais obstáculos para o sucesso do projecto. Mecanismos interpostos a favor de uma economia planificada e socializante foram objectivamente anulados pela sobrevivência das formas de produção do tipo familiar.

O trabalhador da IFLOMA era, antes de tudo, membro de um agregado familiar inserido na comunidade. Tal como aconteceu com o trabalhador dos portos e caminhos de ferro no tempo colonial, a proletarização em Messica não se assentou numa separação total do operário em relação as formas de produção tradicionais. Pelo contrário, assentou-se na conservação e reprodução dos padrões de produção familiar em muitos aspectos. O trabalhador assalariado da IFLOMA permaneceu numa situação de semi-proletariado rural, muito mais próximo do trabalhador rural da Europa pois, o salário mensal, embora fosse bastante importante, muitas vezes não era suficiente para satisfazer as necessidades familiares, e o trabalhador da IFLOMA via-se frequentemente obrigado a recorrer a fontes complementares de rendimentos baseadas na produção agrícola de bens de consumo.

Porém, seria um pouco perigoso generalizar o impacto deste processo porque, a maior parte das populações locais não são trabalhadores da IFLOMA. Trata-se de populações essencialmente camponesas, que não dependem do salário para a sua sobrevivência, mas da agricultura. Por isso, o processo afectou as populações locais de maneiras diferentes.

Ao nível das comunidades locais, poucas transformações sofreu a economia camponesa antes da construção da IFLOMA. Porém, com as obras de construção da empresa, a procura de mão de obra destinada à montagem das infra-estruturas tornou-se muito forte, mas em contraste, a oferta por parte das comunidades locais era muito fraca, porque os camponeses não encontravam motivação para ingressar no mercado de trabalho

porque conseguiam satisfazer as suas necessidades com os rendimentos provenientes da agricultura familiar e do trabalho migratório com o Zimbábwe.

A circulação relativamente livre da força de trabalho condicionada pelos intercâmbios comerciais como o Zimbábwe e os salários aliciantes oferecidos pelos empregadores daquele País, atraíam os camponeses locais.

Nessas condições, a IFLOMA, incapaz de impôr um controle efectivo sobre as populações locais e de satisfazer as suas exigências salariais em condições vantajosas para a empresa foi levada a recrutar os seus trabalhadores em outros locais, relativamente distantes.

Por seu turno, os camponeses responderam ao impacto da instalação da empresa, produzindo culturas alimentares para o consumo doméstico e culturas de rendimentos em grande escala no mercado, aproveitando-se da corrente comercial favorável condicionada pelo desenvolvimento da IFLOMA.

Estes e outros factores provocaram problemas ecológicos sérios e conflitos de terras, porque as áreas de cultivo de cereais cresceram, e o "*meio natural das floresta*" foi progressivamente destruído e transformado em locais destinados a produção de plantas e animais úteis para o consumo doméstico e para o mercado.

Adicionado a este aspecto, a concentração de populações em espaços relativamente menores, em resultado da sua concentração em aldeias comunais e da guerra, provocara a rápida delapidação dos recursos naturais e de terras férteis. As escassas terras férteis disponíveis estavam geralmente afectadas por direitos oficiais e consuetudinários de ocupação e exploração, em benefício das populações residentes.¹⁷⁷ Assim, enquanto os residentes beneficiavam das melhores terras próximas da sede do posto, as populações

¹⁷⁷ Refiro-me as populações não afectadas pela guerra: Trabalhadores da IFLOMA e os naturais

afectadas eram forçadas a procurar novas terras em locais relativamente distantes. Outras permaneceram no local, sujeitando-se a trabalhar para as famílias residentes e para IFLOMA ocupando funções mais baixas. Isso impedia-os de trabalharem nas suas próprias machambas durante o ciclo agrícola, provocando insegurança alimentar, tensões sociais sérias e emergência de extractos sociais diferenciados, típico de uma situação em que a terra passa a constituir objecto de apropriação privada.¹⁷⁸ Em traços gerais, foi possível identificar três principais extractos sociais emergentes:¹⁷⁹

- i) Agricultores prósperos: Utilizam mão de obra alheia, detêm a posse dos meios de produção. Este grupo é muito reduzido, e é constituído principalmente por populações imigrante dos centros urbanos, funcionários do aparelho do Estado, trabalhadores da IFLOMA, ex-funcionários das ex-empresas estatais, ex-cooperativistas agrícolas, oficiais desmobilizados e agricultores prósperos.
- ii) Camponeses médios: A definição deste grupo assenta nos seguintes parâmetros: detem a propriedade e utilização dos instrumentos de produção, especialmente charruas e gado; possuem uma base agrícola relativamente segura com produção para o consumo doméstico e para o mercado; possuem agregados familiares relativamente extensos, isso significa uma maior quantidade de força de trabalho; também utilizam mão de obra alheia, embora numa base extremamente limitada e por vezes somente em tempo parcial; possuem terras relativamente maiores que o vulgar; possuem um número maior de culturas permanentes como árvores de fruta; possuem fontes adicionais de rendimentos independentes da agricultura, como a pesca, artesenato e ofícios. Deste grupo fazem parte os naturais do local, as populações residentes, os operários e camponeses, enfim, a população não afectada pela guerra.
- iii) Camponeses pobres: Constituídos principalmente pela população afectada pela guerra, possuem uma base alimentar muito insegura e instável; muito raramente detêm a posse dos instrumentos de produção, conseqüentemente produzem muito pouco para o mercado e geralmente não conseguem produzir o suficiente para se alimentarem durante o ano; também possuem fontes alternativas de rendimentos baseadas na venda da sua força de trabalho, artesanato, mas parece que utilizam métodos muito mais simples e menos rentáveis. Por isso, ganham muito pouco com esses trabalhos. As suas terras, caso as possuam, são relativamente pequenas e de qualidade inferior.

¹⁷⁸ Ver Casal, 1991; para mais detalhes.

¹⁷⁹ Evitei deliberadamente utilizar o termo "*Classes sociais*" porque um estudo de classes no sentido clássico do termo não traria resultados satisfatórios para este caso, visto que as diferenças sociais entre os vários grupos não são muito acentuadas. Existem sim pequenas diferenças entre os camponeses que devem ser localizada. Além disso, a mobilidade social é grande.

3. Relações de género (1995-1998)

A família é a instituição mais antiga da sociedade e o primeiro espaço de socialização dos membros de uma comunidade. Segundo Tsemo, existe uma ligação orgânica entre a família e o resto da sociedade e, pode se afirmar que, até certo ponto, a estrutura e estabilidade da família reflecte e determina a situação social da comunidade em que se encontra inserida e vice-versa.¹⁸⁰ Em África, em geral, e na tradição Shona, em particular, as mulheres tradicionalmente subordinam-se à autoridade da família patriarcal. Esta subjugação implantou-se no tecido social e provém do desequilíbrio do poder económico entre os sexos. A divisão do trabalho que conduziu as mulheres à esfera do privado é uma construção social e histórica cujos termos são constantemente ratificados nas actuais lutas pela emancipação da mulher. As condições de economia de guerra adicionadas ao tipo de economia política aplicada no local ao longo da história, puseram em causa o equilíbrio do poder da família do tipo patriarcal ao minar a base do seu poder através do rompimento das redes sociais de apoio social.¹⁸¹ Nas condições actuais, a família patriarcal deixou de ser a única fonte de apoio e autoridade para as mulheres, uma nova autoridade entrou em vigor, a autoridade do Estado e da sociedade civil. Em Messica, o conflito armado catalizou esse processo e, nos últimos tempos, a vida familiar mudou muito, particularmente no que respeita às relações de género.¹⁸² Infelizmente, as consequências têm sido "*desastrosas*" para a maior parte das mulheres, particularmente no que diz respeito ao acesso e uso de terras.

¹⁸⁰ Tsemo, 1992 : 206

¹⁸¹ Chingono, 1994; Andrade, 1992 e Tsemo, 1992; também fazem referências à estes aspectos.

¹⁸² Muito papéis que há uns vinte anos atrás pertenciam exclusivamente aos homens, hoje são assumidos por mulheres e considerados normais.

A procura de segurança relativa fez com que muitas mulheres¹⁸³ das áreas circunvizinhas se refugassem no posto administrativo de Messica durante o conflito armado, levando consigo filhos menores e parentes idosos, sendo forçadas a abandonar as suas terras de origem para outra, relativamente segura, assumindo sozinha o papel de chefe da família, porque os elementos masculinos se refugiaram no Zimbabwe ou foram assassinados durante o conflito armado. Nesta nova situação, já não podia contar nem com o apoio das redes de apoio social do sistema consuetudinário correspondente, nem com o apoio do Estado,¹⁸⁴ porque muitas se encontravam numa situação em que não satisfaziam as exigências oficiais (de dez anos), e muito menos conseguiam provar que ocupam a terra segundo as normas e práticas consuetudinárias, como vem estabelecido na lei de terras de 1997.¹⁸⁵ Analisando este ponto, Casimiro refere que o acesso e segurança sobre a terra são assuntos prioritários tanto do ponto de vista do desenvolvimento rural como dos direitos humanos. Segundo ela, estudos realizados em África têm revelado que a mal-nutrição e a insegurança alimentar "*andam de mãos dadas*" e surgem, em parte, com resultado das dificuldades de acesso e controle de terras pelas mulheres.¹⁸⁶

Assim, as mulheres têm sido forçadas a inventar novas estratégias de sobrevivência, por vezes de transformação, estratégias essas que envolvem a assimilação de novos papéis, anteriormente reservados exclusivamente aos homens.

¹⁸³ A população feminina representa a maioria no posto administrativo de Messica, (ver anexo 2, tabela 1), constituem igualmente a maior parte da população afectada pela guerra e principais responsáveis pela produção de alimentos, assegurando assim a reprodução da força de trabalho e a segurança alimentar da maior parte dos agregados familiares do local.

¹⁸⁴ O artigo 12 da lei de terras de 1997 talvez seja o mais importante em termos de ilustrar a situação social das mulheres no acesso e uso das terras. A segunda cláusula do artigo 12 especifica que os direitos sobre a terra podem ser adquiridos por pessoas Moçambicanas ou comunidades que estiveram a utilizá-las há pelo menos dez anos. Perante o descontentamento dos deputados da RENAMO foi adicionada uma sub-cláusula que diz que as pessoas singulares ou comunidades podem garantir os seus direitos de uso por meio de ocupação através de normas e práticas consuetudinárias que não sejam contrárias à constituição. Kloeck-Jenson, 1997 : 9.

¹⁸⁵ Muitas ocuparam as terras "ilegalmente" porque não conseguiram um enquadramento social no local, não levando assim uma vida considerada "decente" para provarem que ocupam as terras segundo as regras tradicionais ou oficiais.

¹⁸⁶ Casimiro, 1994: 10 citando Meena, 1992: 14.

3. Segurança alimentar.

Segundo a AFSC, o melhoramento básico do nível de vida dos membros de uma comunidade nota-se pelo incremento das receitas da família, por uma variedade de alimentos nas suas refeições, pela diminuição da escassez de alimentos, pela participação das mulheres na tomada de decisões e em níveis avançados de aquisição de conhecimento e, finalmente, pela utilização das práticas básicas de higiene e saúde preventiva.¹⁸⁷

No posto administrativo de Messica a dieta alimentar normal consiste em massa de farinha de milho acompanhada de vegetais. Em condições normais as famílias médias e ricas têm tido três a quatro refeições diárias e as famílias pobres duas a três.¹⁸⁸ Porém, quando a própria produção acaba, e começam a ressentir-se da falta de alimentos, as famílias mais desfavorecidas encontram alternativas de sobrevivência no trabalho cooperativo e nas redes tradicionais de apoio social baseadas na solidariedade clânica (ajuda mútua existente no seio da família alargada do tipo patriarcal), em que as famílias mais pobres trabalham como rendeiros para as mais ricas; pedem emprestado comida ou dinheiro aos vizinhos que se encontram em melhores condições económicas; reduzem o número das suas refeições ou recorrem ao consumo de frutos e raízes selvagens. A caça e a pesca constituem também os meios mais utilizados para assegurar uma dieta alimentar mínima nos momentos de escassez. A existência de recursos hídricos abundantes permite que a pesca seja considerada uma das mais importantes fontes de alimentação e de rendimentos nos momentos de escassez. O potencial pesqueiro existente nos rios Messica, Révuè e na barragem do Révuè é enorme.

¹⁸⁷ AFSC, 1998 : 1

¹⁸⁸ Nas épocas de fome, as famílias pobres chegam a reduzir as suas refeições à uma refeição por dia. ACNUR, 1996; MISAU, 1997.

Os cereais e vegetais são os alimentos básicos mais importantes mas, devido a aridez dos solos e irregularidade das chuvas no período entre 1990-1995, deixaram de ser confiados como recurso para assegurar uma dieta alimentar eficaz nos períodos de carência. As árvores de fruta silvestre e tubérculos não são facilmente disponíveis, razão pela qual não são utilizados para assegurar uma dieta alimentar segura.

As actividades silviculturais, apesar de continuarem a ser muito intensas, as árvores de fruta parecem não constituírem parte importante na dieta alimentar das populações locais. Para as famílias locais, as árvores são muito mais importantes como fonte de energia e de sombra do que como fonte de frutas ou de receitas no mercado. Este facto explica-se porque a IFLOMA continua a ser o maior agente económico a explorar os recursos florestais no local, monopolizando a sua comercialização. Adicionado a isso, os frutos das principais espécies existentes no local (pinheiros e eucálptos) não são comestíveis e a lenha por elas produzida é de baixa qualidade para a venda. Contudo, a lenha proveniente dessas espécies é muito mais comum como fonte de energia por ser acessível à todos os membros da comunidade, seguida pelo carvão e energia eléctrica. A lenha não é nem vendida nem comprada, mas apanhada gratuitamente dos resíduos produzidos pela fábrica.

Em regra geral a maior parte das populações locais asseguram a sua sobrevivência recorrendo ao trabalho assalariado, dependendo da ajuda alimentar e, principalmente, recorrendo à compra de alimentos.

As facilidades comerciais que o posto administrativo de Messica possui têm oferecido uma certa margem de segurança alimentar para as famílias que durante o ciclo agrícola não têm conseguido acumular o suficiente para consumir nos períodos de escassez.¹⁸⁹

¹⁸⁹ MISAU, 1996; ACNUR, 1997.

Curriculum Vitae

1. Identificação

Nome: Helena Francisco Machambisse Gaspar.

Filiação: Francisco Gaspar e Teresa Machambisse.

Naturalidade : Inhambane

Data de Nascimento: 24 de Outubro de 1974.

Residência: Campus Universitário; Residência nº7, Quarto nº121.

Profissão: Estudante do curso de História.

B.I. nº 5341685, emitido em Inhambane, aos 8 de Abril de 1998.

2. Percuso Académico.

1975-1980 : Centro Infantil nº2 em Maputo.

1980-1984: Frequentou o ensino primário nas escolas primárias 7 de Setembro, Amílcar Cabral, Messica e Bloco Nove em Maputo, Chimoio, Messica e Chimoio respectivamente.

1985-1986: Ensino Secundário na Escola Secundária Samora Machel - Chimoio.

1987-1992: Nível médio na Escola Industrial e Comercial Joaquim Mara - Chimoio.

1993-1994: Curso Médio de Técnicos de Acção Social no Instituto de Ciências de Saúde de Maputo.

1994-1999: Curso de História na Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane

1998: Cursos de Inglês e Francês no Instituto de Línguas de Maputo.

3.Experiência Profissional.

1992-1993 : Trabalhou nos Serviços Provinciais de Acção Social de Manica como documentalista e assistente social nos departamentos de planificação e centro de apoio à infância respectivamente.

1993: Obteve uma bolsa de estudos do Ministério para Coordenação de Acção Social para frequentar o curso regular de técnicos médios de Acção Social, no Instituto de Ciências de Saúde de Maputo.

1994:Ingressou para o curso de História na Universidade Eduardo Mondlane.

1996: Trabalhou como documentalista no do Centro de Estudos da População da UEM.

1997-1998: Trabalhou no Núcleo de Estudos da Terra e Desenvolvimento da UEM & Land Tenure Center -University of Wisconsin (USA).

1998, Setembro - Participou nos trabalhos de organização do V Congresso Afro Luso-brazileiro das Ciências Sociais realizado na UEM.

4.Outras Informações

1993- Participou nas campanhas de repatriamento e reintegração social de crianças refugiadas no Zimbabwe, organizado pelos Serviços Provinciais de Acção Social de Manica.

1995 - Participou nos trabalhos de investigação arqueológica das ruínas de Manykeny (Vilanculos), organizado pelo departamento de arqueologia e antropologia da UEM.

1996- Participou no 1º curso sobre os descobrimentos e encontro de culturas organizado pelo Instituto de Camões.

1997- Participou no 1º curso de literaturas Africanas organizado pelo Centro Franco Moçambicano da Cultura e Faculdade de Letras da da UEM.

1997- Participou no seminário sobre "metodologias de Investigação em Ciências Sociais" organizado pelo departamento de antropologia da UEM.

Errata

| Página | Linha | Onde se lê | Deve ler-se |
|---------------------|---------|----------------|--------------|
| Agradecimentos..... | 18..... | um..... | Uma |
| Resumo..... | 8..... | Morestais..... | Florestais |
| "..... | 19..... | econimia..... | economia |
| 60..... | 14..... | com..... | como |
| 63..... | 4..... | resutado..... | resultado |
| 76..... | 9..... | osse..... | Posse |
| Def. Conceitos..... | 6..... | vantajoso..... | desvantajoso |

O grupo mais vulneráveis a insegurança alimentar têm sido as populações afectadas pela guerra. Analisando este aspecto num estudo diferente, Casimiro refere que a deterioração das condições de vida das famílias mais desfavorecidas do meio rural como resultado da dificuldade do acesso e posse de terras têm provocado insegurança alimentar e obrigado a desenvolver diversas estratégias de sobrevivência, numa espécie de socialização forçada, estratégias essas que envolvem a redefinição dos papéis de género, sociedade civil e política. São alguns exemplos disso a organização dos camponeses em associações e cooperativas em diferentes regiões do País como a União Geral das Cooperativas em Maputo.¹⁹⁰

4. A crise da produção familiar e o declínio do poder da IFLOMA (1994-1999)

Na campanha agrícola de 1994/1995, cresceram em todo o distrito de Manica as áreas de cultivo de cereais, a medida que os retornados reassentavam.¹⁹¹

Um período inicial de seca e infestação da praga de lagarta ocorrida entre 1994/95 foi responsável pela quebra do rendimento do milho em mais de 20% em relação a campanha anterior.¹⁹² No ano seguinte, uma praga de gafanhotos e gafanhotos vermelhos foram responsáveis por uma nova destruição de culturas. A campanha agrícola de 1996/1997 foi adversamente afectada por intensas chuvas que provocaram inundações em algumas zonas do distrito de Manica.¹⁹³ A situação das pragas foi menos relevante nas campanhas de 1997/98 e 98/99, apesar de ter havido pequenos surtos de lagarta americana, acaro vermelho, afídios, termites e lagarta invasora.¹⁹⁴

¹⁹⁰ Casimiro, 1994: 11.

¹⁹¹ AFSC, 1998 : 3 (a)

¹⁹² As populações locais tiveram que plantar até três vezes no mesmo local. AFSC, (1998): 3 (a)

¹⁹³ AFSC, 1998: 3 (a)

¹⁹⁴ Administração de manica, 1999: 17.

No entender dos técnicos da IFLOMA, as calamidades naturais acima referidas, foram provocadas pela seca prolongada, e esta foi provocada pela destruição das florestas nativas que circundavam as plantações da IFLOMA existentes na localidade de Bandula, durante a campanha agrícola de 1986/87, afectando por um lado, a própria produção familiar e por outro, a produção da IFLOMA.

Tal como foi referido acima, a destruição de florestas em massa começou em 1986, quando as populações deslocadas começaram a se movimentar em massa, povoando e destruindo as orlas das florestas da IFLOMA, as encostas montanhosas, as nascentes dos rios e o pipeline Zimbabweano. A sua presença começou a ameaçar a estabilidade das populações locais porque entraram em competição por terras e serviços; provocaram o empobrecimento e escassez de terras férteis; provocaram um aumento populacional numa zona relativamente pouco fértil; provocaram a redução das águas dos principais rios e cursos de água da região.

A seca provocou o abaixamento do lençol freático das florestas nativas das zonas montanhosas, cujas encostas, antes ocupadas por florestas densas e estáveis, foram destruídas e transformadas em machambas familiares de milho e mapira. Refira-se que as montanhas locais são de origem granítica e basáltica e, tinham, por conseguinte, muita água no solo em condições de estabilidade geológica que era garantida pela cobertura florestal.

O abaixamento do lençol freático provocou a seca das superfícies cobertas pelas florestas exóticas adjacentes às encostas montanhosas e, é exactamente nos vales onde se concentram o grosso das plantações florestais da IFLOMA. Este fenómeno, cientificamente conhecido por "*stress hídrico*" foi também responsável pela redução das águas dos

principais rios, represas e cursos de água existentes na região,¹⁹⁵ pela redução do volume de precipitações durante os dois anos compreendidos entre 1990-1992 e, pela escassez das chuvas à partir daí.

Segundo os técnicos da IFLOMA, essas calamidades naturais, demonstraram a conceptual teoria de que a floresta ou cobertura florestal, estabiliza as águas nos solos e protege a terra contra erosões.¹⁹⁶

Perante a crise produzida por estes factores as populações afectadas tiveram três alternativas principais: i) Movimentar-se para a zona leste à procura de novas terras; ii) Permanecer concentradas na sede do posto sujeitando-se as condições miseráveis e aos conflitos de terras com os naturais; iii) Desenvolver actividades alternativas que não fossem viradas para a produção agro-pecuárias mas para o trabalho assalariado nas indústrias, trabalhar como rendeiro para os naturais, desenvolver actividades ligadas ao comércio informal, a pesca e a caça.

A maior parte das populações deslocadas preferiram emigrar para a região leste. Foi dentro deste contexto que a partir de 1995 as populações afectadas começaram a deslocar-se em massa para Chirodzo e Bandula, situadas a leste da sede do posto. Deve-se pois, considerar o ano de 1995 como o período do início do reassentamento populacional no local.

Outros factores que contribuíram para o agravamento da crise e das dificuldades internas foram a abertura de focos de corrupção dentro da administração da Empresa; as pressões económicas exercidas pela conjuntura política do País (PRE); a redução das verbas

¹⁹⁵ Só a redução das águas do rio Révuè, foi suficiente para deixar a estação de captação de água local sem capacidades para realizar o abastecimento normal a fábrica, adicionado ao facto de que havia cerca de dois anos que a barragem do Révuè, cuja bacia banha parte de Messica, também não realizava as descargas habituais no mês de abril. A IFLOMA teve que introduzir uma boia de tubagem para absorver a água que restava no leito do rio Révuè.

¹⁹⁶ Eng^o Macateco. Entrevista. Messica, (1999).

estatais; a subida dos custos da produção das madeiras produzidas pela fábrica não ser acompanhada pela melhoria da sua qualidade o que torna o seu preço cada vez menos competitivo nos mercados e, finalmente, a falta do hábito de consumo de madeiras nos mercados nacionais o que torna a comercialização cada vez mais difícil.

A IFLOMA tentou, sem êxitos, combater a corrupção interna e resistiu as pressões externas durante alguns anos, ao mesmo tempo que tentou pôr em prática medidas de austeridade para manter a situação sob controle. Porém, não conseguiu libertar-se da sua dependência tradicional em relação aos métodos do modelo de produção do tipo socialista e adaptar-se a nova conjuntura política do País. Neste momento a empresa está a passar por um difícil processo de transformação.

Conclusões

As experiências demonstraram que o sector estatal, só por si, não constitui alternativa para o desenvolvimento rural. O sector privado não parece ser melhor que o Estatal e, seguramente, é incapaz de produzir os volumes necessários de produtos agrícolas. As experiências demonstraram também que a aplicação estreita dos modelos clássicos ou neo-clássicos não correspondiam a realidade do nosso País.

Segundo Mosca, o pequeno produtor, o cooperativismo ou outras formas de associações rurais existem no campo independentemente das convicções políticas. É importante torná-los mais produtivos e eficientes sobretudo nas regiões em que existam provas da sua superioridade ou de falta de alternativas por parte dos pequenos produtores.¹⁹⁷ Recentes estudos realizados pelo INIA nas regiões do Chókwè e Lichinga revelaram que o pequeno produtor pode constituir um elemento activo no desenvolvimento rural, mesmo se concebido de forma modernizante. Dos resultados das investigações provou-se essencialmente que dentre tantas alternativas, o associativismo no campo é uma das fórmulas mais viáveis para permitir o acesso aos mercados e créditos agrários, constitui uma forma organizada de defesa dos interesses dos pequenos agricultores e impulsiona-os a competir com produtores de escala maior.¹⁹⁸

Mosca acredita que a implementação de um modelo de desenvolvimento rural que permita o desenvolvimento do pequeno produtor, as vezes tem exigências que, em muitos casos, são da competência do Estado, especialmente no que diz respeito aos programas de

¹⁹⁷ Mosca, 1989 : 3 citando o INIA.

¹⁹⁸ Mosca, 1991 : 4-5.

extensão rural, investigação, formação e criação de um ambiente económico não discriminatório e, o papel do Estado deve, acima de tudo, garantir que os agentes económicos tenham o máximo de liberdade de escolha em todos domínios da sua vida. O Estado tem também o papel de regular e corrigir as distorções do mercado geradas por diferentes motivos, quer sejam estruturais ou conjunturais.¹⁹⁹

Por isso, o centro do debate académico não está apenas nas questões puramente teóricas sobre as funções do Estado e o seu papel no desenvolvimento, mas também nas diferentes políticas de desenvolvimento a serem implementadas nos diferentes locais e contextos históricos. Finalmente, a intervenção Estatal não significa necessariamente socialismo, nem tão pouco a sua não intervenção significa de algum modo capitalismo e eficiência da economia. Tudo indica que no actual contexto político o seu papel ultrapassa o âmbito económico.²⁰⁰

¹⁹⁹ Ibidem.

²⁰⁰ Mosca, 1992 : 52-53.

Recomendações

i) O objectivo de todo o desenvolvimento é a satisfação das necessidades humanas. Por essa razão, as comunidades locais deviam ter sido consultadas para participarem na identificação das suas prioridades em termos de desenvolvimento sustentável antes da introdução do projecto IFLOMA no local, isso lhes daria responsabilidades na execução, avaliação e controle do projecto.

ii) Tal como refere Topfer, na maior parte dos países em vias de desenvolvimento, a luta pela sobrevivência e a procura de um desenvolvimento ecologicamente sustentável entram constantemente em contradição. A oferta de alternativas de sobrevivência aos camponeses, cujos métodos não os conduzam a destruição de florestas surge aqui com a alternativa mais viável. É aconselhável a transformação das florestas em projectos geridos de forma sustentável e com capacidade para oferecer postos de emprego aos camponeses. As cooperativas, as associações agrícolas, as empresas ou projectos agró-pecuarios são apenas algumas das tantas alternativas possíveis.²⁰¹

iii) Neste momento as instituições do Estado e ONGs deviriam continuar estimular ou reanimar o movimento cooperativo, apoiando as cooperativas que ainda funcionam, estimulando a criação de outras, e utilizando as cooperativas como instituições locais para o desenvolvimento comunitário.²⁰²

²⁰¹ Tópfér, 1992: 30

²⁰² Vieira, 1992 : 25; Muthemba, 1998 : 38-39; Alexander, 1994 : 23, 67-68 defendem a mesma posição.

BIBLIOGRAFIA

I. Artigos Publicados.

ACNUR/PNUD. "Manica". in Perfil de desenvolvimento distrital, 1996.

Alexander, Jocelyn. "A Terra e Autoridade Política no pós-Guerra em Moçambique : O caso da Província de Manica ". In BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO, Nº 16, Maputo, 1994.

Andrade, Ximena et al. "A Mulher e o Meio Ambiente". In Estudos Moçambicanos. Nº 11/12, Maputo: UEM/CEA, 1992.

Antunes, Alfredo M. da Mata. "Indústrias Florestais e Desenvolvimento Económico" In SEAF. A Agricultura e o II Plano de Fomento: Ciclo de Conferências Promovidas pela SEAF. Vol V. Portugal : Elvas, 1963.

Bannerman, J. H. "Bvumba - Estado pré-colonial Shona em Manica, na fronteira entre Moçambique e Zimbábwe" . In BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO, nº13, Maputo, 1993.

Beach, D. N. "As origens de Moçambique e Zimbábwe: Paiva de Andrada, a Companhia de Moçambique e a diplomacia africana, 1881-1891". In BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO , nº 13, Maputo, 1993.

Borges, António. "Apontamentos sobre a história de Chimoio". In BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO. nº 16, Maputo, 1994.

Branco, Adelino Castelo. "Manica". In BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO. nº 16, Maputo, 1994.

- Casal, Adolfo Yanez. "A crise da produção familiar e as aldeias comunais em Moçambique". Revista Internacional de Estudos Africanos. nº 8/9, jan-dec, 1988, p.157-199.
- "Discurso socialista e camponeses Africanos: Legitimação política-ideológica da socialização rural em Moçambique". Revista Internacional de Estudos Africanos, nº 14-15, 1991.
- Casimiro, Isabel. "Género e Terras em Moçambique". Maputo: CEA, 1994.
- Chingono, M. F. "Mulheres, Guerra e transformações na Província de Manica: Uma herança ambígua". In BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO, nº 16, 1994.
- MISAU. "Manica". in Perfil distrital de Segurança e nutrição. Manica, 1997.
- Monteiro, Ana; Alexandrino José. "Organizações não governamentais". In Nosso Chão nº5, Maputo, 1995.
- Mo sca, João. "O papel do Estado no pós guerra e num contexto de Ajustamento Estrutural" . in Estudos Moçambicanos, nº 11/12, 1992
- " O pequeno produtor: para além dos discursos e das opções políticas". EXTRA. 8, 1991.
- " Campesinato: Transformações políticas e económicas". EXTRA.1, 1989.
- Negrão, José. "Repensando as Modas de Desenvolvimento Rural". Maputo, 1997.
- Roesh, Otto. "A Reforma Económica em Moçambique: Notas sobre a estabilização, a guerra e a formação de classes". In BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO. nº 11. Maputo, 1992.
- Sardan, J. P. Oliver. "Para uma abordagem antropológica das ideologias e práticas do desenvolvimento". In Revista Internacional de Estudos Africanos. Nº 12 e 13, jan-dez 1990.

Tsemo, Sihaka. "Direitos e papel da mulher africana no contexto político-jurídico tradicional: evolução e perspectivas". In Estudos Moçambicanos. Nº 11/12, nov.1992.

Vieira, Sérgio. " Moçambique: Interrogações sobre a emergência da sociedade civil". In Estudos Moçambicanos. Nº 11/12, nov 1992.

Wallace, R. Those who have Vanished: An Introduction to Pré-history. Illions: Dorsey , 1983.

2. Documentos Oficiais

ADMINISTRAÇÃO DE MANICA. Monografia do Distrito de Manica. 1998.

ADMINISTRACAO DE MESSICA. Dados do Recenseamento Populacional de 1980-1995. [1995]

----- Dados do Recenseamento de 1997.

[1997]

----- Dados dos Elementos que Requereram

Licenças Precárias para Uso das Terras. [1997]

----- Efectivo do Gado Bovino Existente no

Aloramento Referente a 1998. S/D.

BOLETIM DA REPÚBLICA, nº 15, Série I, 9 de abril de 1980.

BOLETIM DA REPÚBLICA, nº 40, Série I, 7 de Outubro de 1997.

CONSELHO DE MINISTROS. Proposta para a Criação da Empresa Indústrias Florestais de Manica - IFLOMA, E.E. Maputo: Conselho de Ministros, 1980.

Serviço Provincial de Planeamento Físico. Plano Director de Desenvolvimento Integrado do Distrito de Manica. Chimoio: SPPF, 1994.

III CONGRESSO DA FRELIMO. Documentos do III Congresso: Direcivas Económicas e Sociais. [Maputo], 1977.

3. Obras publicadas.

Araújo, Manuel Mendes de. Geografia dos povoamentos: Assentamentos Humanos Rurais e Urbanos. Maputo: UEM, 1997.

Burke, Peter. História e Sociologia. Porto: Afrontamento, 1980.

Casal, Adolfo Yanêz. Antropologia e Desenvolvimento: As Aldeias Comuns de Moçambique. Portugal: Instituto de Investigação Científica tropical, 1996.

DH/UEM. História de Moçambique II: Agressão imperialista (1886/1930). Maputo: UEM/DH, 1983.

----- História de Moçambique III: Moçambique no auge do Colonialismo, 1930-1961. Maputo: DH/UEM, 1993.

Enoque, Maria Angelina. Mulheres Manyka Contam... Sexualidade e família. Micro-estudo exploratório, caderno de pesquisa 4. Maputo: INDE, 1994.

Ferrino, Homero. Cooperativas e desenvolvimento rural. Lisboa: Clássica, 1978.

Ferro, Caetano. Sociedade Humana e Ambiente no Tempo: Temas e problemas da Geografia histórica. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.

Geffray, Christian. La Cause des Armes au Mozambique: Anthropologie d'une guerre civile. Paris: Karthala, 1990.

Keynes, Jonh M. A teoria geral do Emprego, Juros e da Moeda. S. Paulo: Atlas, 1982.

Kloeck-Jenson, Scott. A Análise do Debate Parlamentar e da Nova lei de Terras para Moçambique. Maputo: LTC/NET, 1997.

- Myers, Gregory. Segurança de Posse da Terra e Desinvestimento das Empresas Agrícolas Estatais em Moçambique: Estudo de três casos. Maputo : LTC/NET, 1993.
- Poynton, R.J. Tree Planting in Southern Africa: Eucalipts, Vol. II. Pretória: Department of Forestry, 1980.
- Tree Planting in Southern Africa: Pines, Vol. I, Pretória: Department of Forestry, 1979.
- Raymond, Boudon et al. Dicionário de Sociologia. Lisboa: Dom quixote, 1990.
- Serra, Carlos. Combates pela Mentalidade Sociológica. Maputo: UEM, 1997
- Yussuf, Adam; Humberto Coimbra; Dan Owen. Estudo Participativo sobre Pobreza em Mozambique : Manual de Campo. Maputo: UEM/CEP, 1995.

4. Relatórios.

- AFSC. " Mulheres Moçambicanas no Desenvolvimento" : Proposta de Programa 1998-2000. Pennsylvania : AFSC, 1998. (a)
- AFSC. " Mulheres Moçambicanas no Desenvolvimento" : Proposta de Programa 1998-2000. Pennsylvania : AFSC, 1998.(b)
- Cardinal, P.B. " Informe sobre la Determinacion de los Aspectos del Desarrollo Forestal en las Aldeias Comunaes de Mozambique" . Roma: FAO, 1979.
- Ezequias, A. " Resumo Geral das Áreas Florestais da IFLOMA" . Messica: IFLOMA, 1997.
- IFLOMA. " Relatório Anual do Sector de Sivicultura 1996/1997" : Actividade Programadas na área de Protecção Contra Incêndios. Messica: IFLOMA, 1997.
- " Plano de Acções a Curto e Médio Prazo" . Messica: IFLOMA,1995.

Lyon, C.B. "Protecting Conifer Plantations from Fire in Manica Province". Rome: FAO, 1980.

Macateco. "Alguns Manuscritos do Engº Macateco sobre o Declínio da Produção Industrial e Florestal da IFLOMA" . Messica: IFLOMA, [1998].

Pancrácio, Armindo. "Causas da Seca Severa das Plantações da Unidade de Produção de Bandula" . Messica: IFLOMA, 1991.

Topfer, Klaus. "Relatório Nacional para a Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento" . Bona: Ministério Federal do Meio Ambiente da Alemanha, 1992.

William, R. L. "Desenvolvimento Florestal e Indústrias Florestais" : Zonas de Reflorestamento e Escolha das Espécies. Maputo: Map & FAO, 1978.

5. Teses.

Coelho, J. Paulo. Protected Villages and Communal Villages in the Mozambican Province of Tete (1968-1982): A History of State Resettlement Policies, Development and War. University of Bradford: Department of Social and Economic Studies, 1993. (Tese de Doutoramento).

Cruz, Miguel Joaquim da. História da Formação da Classe Trabalhadora em Manica e Sofala : Ao sul do Púngue, 1892-1926. Maputo : UEM/ Departamento de História, 1982 (Tese de licenciatura)

Cuco, Arlito. Basis for Optimal Mix in a Mechanical Wood Processing Firm: A Case Study of IFLOMA, Mozambique. Helsínk: University of Helsínk, 1991 (Tese de Mestrado).

- Fuchs, Elisa. Alfabetização: Desenvolvimento de Potencialidades ou reforço da Marginalidade?. Maputo: INDE, 1993 (Resumo da tese de Doutorado)
- Muthemba, Mateus José. Cooperativas Agrícolas em Moçambique no pós-independência: O caso da Cooperativa 25 de setembro em Boane. Maputo: UEM / Departamento de História, 1998. (tese de licenciatura)
- Neves, Joel Maurício das. Economy, Society and Labour Migration In Central Mozambique, 1930-c.1965: A Case Study of Manica Province. University of London: School of Oriental and African Studies, 1998. (Tese de Doutorado)
- Valá, Salimo. A história da posse da Terra na região Agrária do Chókwe (1975/1995). Maputo: UEM/DH, 1996 (Tese de licenciatura)

6. Entrevistas

Aramane. Chefe do departamento de planificação da IFLOMA. Messica, 09.07.1998;
26.01.1999.

Assistente do Posto Administrativo. Messica, 24.01.1999- 30.01.1999

Associação das mulheres rurais de Matrabulo, Manica, 01.02.1999.

Castelo, Castigo J. M.. Técnico da Agricultura do Posto Administrativo de Messica.
Messica, 19.01.1999- 10.02.1999.

Chefe do posto Administrativo. Messica, 24.01.1999.

Cintura, Paulo. Chefe do departamento dos recursos humanos da IFLOMA. Messica,
26.01.1999.

Garuzo, S. D. Régulo da aldeia de Matrabulo. Messica, 25. 01. 1999.

Engº Macateco. Divisão Florestal da IFLOMA. Messica, 26.01.1999- 30.01.1999.

Ezequias, A. Divisão florestal da IFLOMA. Messica, 26.01.1999- 10.02.1999.

Nharrúgue. Guarda da AFSC, ex-oficial das FPLM em Messica. Manica, 30.01.1999.

Olímpio. Chefe da secretaria da IFLOMA. Messica, 26.01.1999.

Definição das siglas.

AFSC - Ameican Friends Service Committee.

AHM - Arquivo Histórico de Moçambique.

ASDI - Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional.

AVIM - Administração da Vila de Messica.

FAO - Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

FPLM - Forças Populares de Libertação de Moçambique.

IFLOMA - Indústrias Florestais de Manica.

MAP - Ministério da Agricultura e Pesca.

RENAMO - Resistência Nacional de Moçambique.

SEAF - Secretaria de Estado para Agricultura e Florestas.

SPPF - Serviços Provinciais de Planeamento físico.

Definição dos conceitos.¹

Agricultura familiar: - Actividade de exploração de terras com objectivo de responder as necessidades dos agregados familiares, utilizando principalmente a capacidade de trabalho da família e o produto final da produção destina-se ao consumo doméstico.

Agricultura itinerante em sequeiro: - Sistema "*tradicional*" de gestão e uso dos recursos de terras baseado na prática de uma agricultura nómada, emprego de queimadas e uso de técnicas de pousio. Este sistema torna-se ^{des}vantajoso para os casos em que se verifica escassez de terras férteis porque os perigos de degradação dos solos à curto prazo são maiores.

Agricultura moderna: - Sistema de produção baseado no emprego de técnicas modernas como a prática de uma agricultura intensiva, monocultura, uso de maquinaria, adubos e fertilizantes, produção em grande escala para o mercado. Apesar de possuir os seus inconvenientes, este método tem a vantagem de respeitar e garantir uma gestão sustentável dos recursos naturais.

Comunidades locais- refere-se aos quarenta bairros que compõem o posto administrativo de Messica, porque convivem numa mesma circunscrição territorial visando salvaguardar interesses comuns através da protecção dos respectivos espaços habitacionais, áreas agrícolas cultivadas, em pousio, florestas, locais sagrados e de importância cultural, pastagens, fontes de água e zonas de expansão sócio-económicas.

Degradação ambiental: - Alteração destrutiva das características naturais do meio ambiente incluindo entre outras a poluição, deflorestamento, desertificação e erosões.

Desenvolvimento sustentável: - Desenvolvimento baseado numa gestão ambiental que satisfaça as necessidades das gerações presentes, se comprometer o equilíbrio ecológico e as possibilidades das gerações futuras se beneficiarem também das suas necessidades.

¹ Segundo a Lei 19/97; 20/97 in Boletim da República nº40, serie I, 7 de Outubro de 1997.

Equilíbrio ecológico: - Tendência natural dos ecossistemas e das espécies nela existentes.

Esse equilíbrio não é estático mas dinâmico, uma vez que os ecossistemas estão em permanente evolução.

Estrutura: - Refere-se à um sistema ou uma entidade composta pôr partes mutuamente dependentes p.e Estado-população. Modelo estrutural da política social significa que entre as instituições do Estado (IFLOMA) e as comunidades locais existia uma dependência mútua, e qualquer alteração numa das partes implicaria mudanças na outra.²

Modelo: - Segundo Burke, refere-se a uma categoria socialmente construída, que tende a simplificar a realidade para realçar a "*moda*", o que se repete, o que é constante, o que se apresenta como um tipo característico de traços e atributos.³ Modelo de Socialização rural refere-se ao modelo de desenvolvimento rural aplicado em Moçambique ao longo da década de 1980, que consistia na reprodução dos critérios do modelo socialista de desenvolvimento implicando a concentração das populações em aldeias comunais, criação de empresas e machambas estatais.

Regeneração: - Reconstituição de uma parte destruída. Para o caso dos solos e florestas, refere-se as acções de reflorestamento.

² Burke, 1980 :38.

³ Burke, 1980 : 31.

Anexo 1- Mapas, Guião das entrevistas e documentos oficiais.

Guião das entrevistas

Nome: _____

Data: _____

Local: _____

A. Situação geográfica e histórica

1. Qual é a superfície ocupada pelo posto administrativo de Messica?
2. Qual é a sua situação administrativa?
3. Qual é a situação demográfica?
4. Quais são as principais zonas agrícolas e produtoras de gado?
5. Onde é que estão situadas as florestas?

B. População

1. Fale dos movimentos populacionais verificados desde a independência nacional? Porquê?
2. Quais são as regiões de maiores e menores concentrações populacionais? Porquê?
3. Quais são as principais características das famílias locais? (ricas e pobres)
4. Qual é o papel das mulheres na família e na comunidade?

C. Terras

1. Existem conflitos de terras? Porquê?
2. Como resolvem os conflitos de terras?
3. Quais são as principais formas de acesso a terra?
4. Quem são os principais candidatos à terras?
5. Existem títulos de propriedade de terras?
6. Quais foram os principais problemas ligados as terras desde a independência nacional?

7. Houveram distribuições de terras desde a independência nacional? Como se realizaram?
8. Quais são os tamanhos médios das terras ocupadas pelas florestas da IFLOMA; pelo sector familiar e pelo sector privado?
9. Quais são as principais formas de acesso à terras para mulheres?

D. Estrutura sócio-económica da população

1. Como é que as populações locais reagiram perante a instalação da fábrica no local?
2. Qual tem sido o impacto do desaparecimento da IFLOMA para a estabilidade das populações locais e dos outros sectores económicos que se desenvolveram estimulados pela IFLOMA?
3. Como é que as populações locais se envolveram na produção industrial e florestal da IFLOMA?
4. Até que ponto o envolvimento dos camponeses na produção da IFLOMA produziu diferenças sociais entre eles?

E. Meio ambiente

1. Qual tem sido o impacto da prática da agricultura para as florestas locais?
2. Até que ponto a destruição de florestas têm afectado as famílias locais?
3. Quais são as principais estratégias de sobrevivência das famílias locais?
quando não conseguem produzir o suficiente para se alimentarem durante o ano?
4. Como é que as populações locais se beneficiam da produção florestal?
5. Como é que estão a reagir as populações locais perante ao desaparecimento do poder da IFLOMA?



REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

DECRETO No. /80

A Província da Manica possui condições favoráveis ao desenvolvimento da indústria florestal, tendo o III Congresso da FRELIMO salientado a necessidade de intensificar a plantação de espécies apropriadas ao abastecimento de indústrias florestais.

Paralelamente, evidencia-se a necessidade de acção imediata para aumentar a capacidade do Complexo Industrial da Manica, nomeadamente quanto à Serração de madeiras moles e fabrico de painéis e polpa de papel.

Nestes termos e ao abrigo do disposto na alínea e) do artigo 24.º da Constituição, o Conselho de Ministros decreta:

Artigo Único - É criada a Empresa Indústrias Florestais de Manica E.E. também designada abreviadamente por IFLOMA e cujos estatutos fazem parte integrante do presente decreto.

Presidência da República, em Maputo, de Julho de 1980.-

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Samora Moisés Machel

I N T R O D U Ç Ã O

Apresenta-se a proposta para criação da empresa "Indústrias Florestais de Manica E.E. - IFLOMA" com carácter de empresa nacional, e que ficará sob o controle do Ministério da Agricultura, através do Departamento de Florestas e Fauna Bravia.

XII) Esta empresa terá a sua sede na cidade de Chimioio, contando também com uma delegação na cidade de Maputo.

Uma das principais tarefas de IFLOMA será implementar e administrar o projecto industrial de Manica, que se vem desenvolvendo nos últimos anos no Gabinete do Projecto Manica da Comissão Nacional do Plano - (CNP).

Como é conhecido, a execução do projecto observa três fases:

- 1a. fase : -Construção de uma serração com capacidade de produção final de 26.000 m³ anuais de madeira de pinho; e
- Construção de uma fábrica de painéis com uma capacidade de produção final de 20.000 m³ anuais de painéis de pinho.
- 2a. fase : -Construção de uma fábrica de papel.
- 3a. fase : -Construção de uma fábrica de polpa de papel.

A partir do segundo semestre do presente ano devem iniciar-se os trabalhos no terreno da primeira fase, que além das fábricas já assinaladas, implica a execução de diversas obras de infraestrutura, encontrando-se já em elaboração os estudos preliminares e os trabalhos de organização.

XIII) As fábricas ficarão situadas na zona denominada Messica, próxima do rio do mesmo nome e da estação ferroviária de Elvas.

Calcula-se que a execução das obras se concluirá em 1982, entrando em funcionamento a serração durante o primeiro trimestre, e a fá



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: Para publicação no «Boletim da República».

SUMÁRIO

Ministério do Interior:

Diploma Ministerial n.º 20/80:

Concede a nacionalidade moçambicana por naturalização, a João Maquel Ferraz Machado da Graça.

Diploma Ministerial n.º 21/80:

Concede a nacionalidade moçambicana, por naturalização, a António Manuel Fernandes Castro.

Ministérios da Educação e Cultura, das Finanças e do Estado na Presidência:

Diploma Ministerial n.º 22/80:

Cria no Ministério da Educação e Cultura a Direcção Nacional do Ensino Técnico (DINET) e define a sua competência.

Ministério da Indústria e Energia:

Despacho:

Nomeia Fernando Luis Califórnia, director-geral para as empresas SÓPLAS — Sociedade de Plásticos de Moçambique, Limitada, Lusoplásticos, Moçambicana de Plásticos (MOPLAS), CIP — Companhia Industrial de Plásticos, EMEL — Empresa Industrial Eléctrica de Moçambique, Plastex, Indústrias Manica e INDOFIL — Indústria de Filmes Plásticos — extingue a comissão administrativa geral da Indústria de Transformação de Plásticos e suspende todas as procurações dos elementos das gerências anteriores.

Ministério da Agricultura:

Despacho:

Determina a constituição da empresa Industrial Florestais do Manica E.L., nomeia José António Machado Ribeiro como director-adjunto e define as suas tarefas.

Ministério dos Transportes e Comunicações:

Diploma Ministerial n.º 23/80:

Autoriza a Direcção Nacional de Estradas a utilizar catorze postos emissores-receptores tipo V.H.F. fixos a instalarem nas Províncias de Gaza e Cabo Delgado.

Diploma Ministerial n.º 24/80:

Autoriza a Hidroeléctrica de Cahora Bassa S.A.R.L. a utilizar doze postos emissores-receptores tipo U.H.F. fixos a instalarem-se nas subestações de Matambo, M.º Mozo, M.º Guro, M.º Sabão, Chimoio, Xiluvo, S. Sitatonga e Gogói.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Diploma Ministerial n.º 20/80
de 9 de Abril

O Ministro do Interior, verificando ter sido dado cumprimento ao disposto no artigo 14.º do Decreto n.º 3/75, de 16 de Agosto, e no uso da faculdade que lhe é concedida pelo artigo 12.º da Lei da Nacionalidade, determina:

É concedida a nacionalidade moçambicana, por naturalização, a João Manuel Ferraz Machado da Graça, nascido em 13 de Abril de 1946, em Porto — Portugal.

Ministério do Interior, em Maputo, 19 de Fevereiro de 1980. — O Ministro do Interior, *Mariano de Araújo Matsinha*.

Diploma Ministerial n.º 21/80
de 9 de Abril

O Ministro do Interior, verificando ter sido dado cumprimento ao disposto no artigo 14.º do Decreto n.º 3/75, de 16 de Agosto, e no uso da faculdade que lhe é concedida pelo artigo 12.º da Lei da Nacionalidade, determina:

É concedida a nacionalidade moçambicana, por naturalização, a António Manuel Fernandes Castro, nascido em 17 de Setembro de 1953, em Póvoa de Varzim — Portugal.

Ministério do Interior, em Maputo, 19 de Fevereiro de 1980. — O Ministro do Interior, *Mariano de Araújo Matsinha*.

MINISTÉRIOS DA EDUCAÇÃO E CULTURA, DAS FINANÇAS E DE ESTADO NA PRESIDÊNCIA

Diploma Ministerial n.º 22/80
de 9 de Abril

A sociedade socialista assenta necessariamente numa economia próspera e desenvolvida, baseada no racional aproveitamento dos recursos naturais, nas relações de mútuo benefício com os outros povos e na utilização do património científico e técnico da humanidade.

O domínio da ciência e da técnica, como instrumento de desenvolvimento, de criação de homem novo e de eliminação da exploração do homem pelo homem, constitui um dos factores essenciais para a construção da sociedade socialista, razão pela qual o Partido — FRELIMO define como uma das principais tarefas a realizar pelo Estado a «formação rápida e maciça de quadros científico-técnicos que sejam capazes de assegurar o desenvolvimento acelerado da nossa sociedade na via do socialismo».

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

Decreto

1. A Empresa SOPLAS — Sociedade de Plásticos de Moçambique, Limitada, encontra-se na situação prevista na alínea c) § 3.º do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 16/75, de 13 de Fevereiro.

2. As empresas Lucoplásticos, Moçambicana de Plásticos (MOPLAS), CIP — Companhia Industrial de Plásticos, EMEL — Empresa Industrial Eléctrica de Moçambique, Elastex, Indústria Manica e INDOFIL — Indústria de Filmes Plásticos, são geridas por uma comissão administrativa geral da Indústria de Transformação de Plásticos nomeada por despacho publicado no *Boletim da República*, 1.ª série, n.º 145, de 20 de Novembro de 1978.

3. As empresas transformadoras de plásticos existentes no País cabe um importante papel na produção de artigos de abastecimento do Povo e na indústria de embalagem e empacotamento industrial e comercial (entre outras) é na exportação dos excedentes.

4. As empresas intervencionadas do sector, por limitações de ordem técnica e humana, não tem sido possível responder eficazmente aos pressupostos considerados no ponto 3, originado de uma degradação progressiva da parte fabril caracterizada por má conservação das máquinas e ausência de programa de manutenção e conservação.

5. Nestas circunstâncias, e com vista à reestruturação deste importante sector, nomeio Fernando Luís Califórnia, director-geral das empresas intervencionadas, referidas em 1 e 2.

6. Competirá ao director-geral proceder ao estudo da viabilidade técnica e económica da criação de uma unidade estatal de Transformação de Matérias Plásticas com as seguintes tecnologias: extrusão, injeção, insuflação, vácuo-moldagem, roto-moldagem e enformação de chapas com base nas empresas intervencionadas e, ainda, naquelas que venham a ser remetidas à sua tutela.

7. No desempenho das suas funções o director-geral, para além dos actos normais de administração, terá as atribuições estabelecidas no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 17/77, de 28 de Abril, para a direcção das empresas estatais e as atribuídas à comissão administrativa geral.

8. É extinta a comissão administrativa geral da Indústria de Transformação de Plásticos e, consequentemente, dadas as funções dos respectivos membros. São suspensas todas as procurações e os elementos das gerências anteriores.

Ministério da Indústria e Energia, em Maputo, 29 de Fevereiro de 1980. — O Ministro da Indústria e Energia, *Júlio Eduardo Zamith Corralho*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Decreto

Tendo sido aprovado pela Comissão Nacional do Plano, a implementação da primeira fase de projecto da Indústria Florestal de Manica, que consiste na construção de uma serração e de uma fábrica de prensados de partículas de madeiras, a mesma Comissão responsabilizou o Ministério da Agricultura pela implementação do projecto na sua primeira fase, para o que se acha necessário a constituição de uma empresa estatal.

Considerando que esta empresa deve estar constituída durante o mês de Abril próximo, determino:

1. A constituição da empresa Indústrias Florestais de Manica E. E., que tomará a responsabilidade de implementar e pôr em funcionamento a primeira fase do projecto da Indústria Florestal de Manica.

2. Que o Ministério da Agricultura contribua para esta empresa com as plantações que se encontram dentro da área de influência do projecto, assim como com todos os bens actualmente afectos ao projecto FO-1 (Reflorestamento de Manica).

3. Para o início das actividades desta empresa, nomeia-se como director-adjunto José António Machado Ribeiro, que, até à designação do director-geral titular, será responsável pelas seguintes tarefas:

- Elaborar e submeter à consideração do Ministro da Agricultura, os estatutos constitutivos da referida empresa e seus regulamentos;
- Estruturar a direcção da empresa, com a faculdade de contratar pessoal e requerer os financiamentos necessários para o funcionamento da mesma, assim como efectuar os contratos necessários para a consecução dos objectivos definidos;
- Tomar a responsabilidade da execução do plano de trabalho contemplado no projecto de implementação da Indústria Florestal de Manica.

Ministério da Agricultura, em Maputo, 30 de Março de 1980. — O Ministro da Agricultura, *Mário da Graça Machungo*.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Decreto Ministerial n.º 22/80

de 9 de Abril

Considerando o pedido da Direcção Nacional de Estradas para a utilização de postos emissores-receptores em diversas províncias do País;

Sob o parecer do director dos Correios e Telecomunicações de Moçambique;

Considerando o disposto no n.º 22, artigo 35.º do Decreto n.º 1/75, de 27 de Julho;

O Ministro dos Transportes e Comunicações determina:

A Direcção Nacional de Estradas, fica autorizada a utilizar catorze postos emissores-receptores tipo V. II. F., sendo cinco e um sobresselente fixos a instalarem-se nas Províncias de Gaza e Cabo Delgado e oito móveis a instalarem-se nas respectivas viaturas em circulação nas províncias acima indicadas.

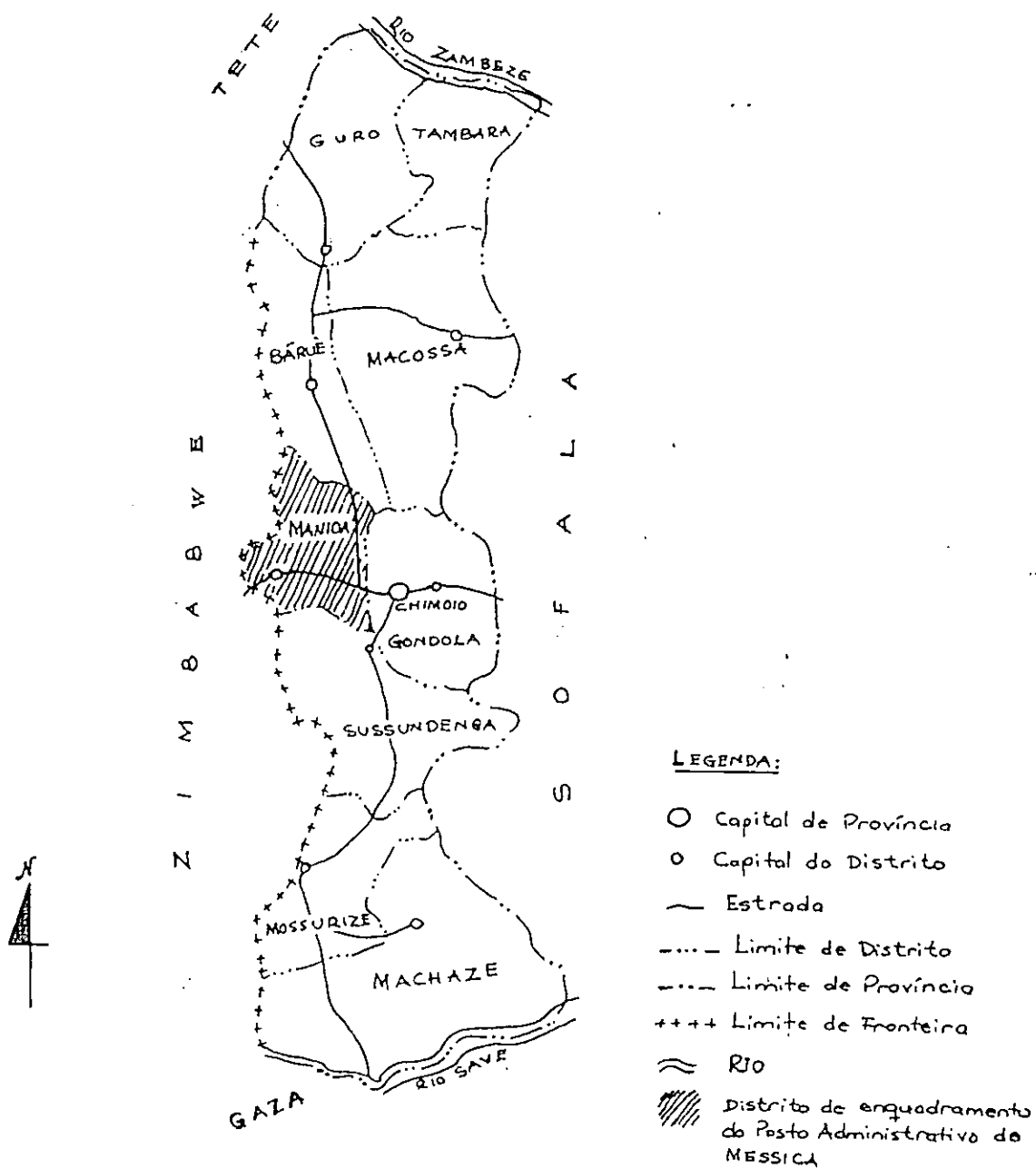
Ministério dos Transportes e Comunicações, em Maputo, 28 de Fevereiro de 1980. — O Ministro dos Transportes e Comunicações, *José Luís Cabaco*.

Decreto Ministerial n.º 23/80

de 9 de Abril

Tendo a Hidroeléctrica do Cahora Bassa, S. A. R. L., solicitado autorização para utilizar doze postos emissores-receptores a serem instalados na subestação do Matambo,

Mapa 1: Divisão Administrativa da Província de Manica.

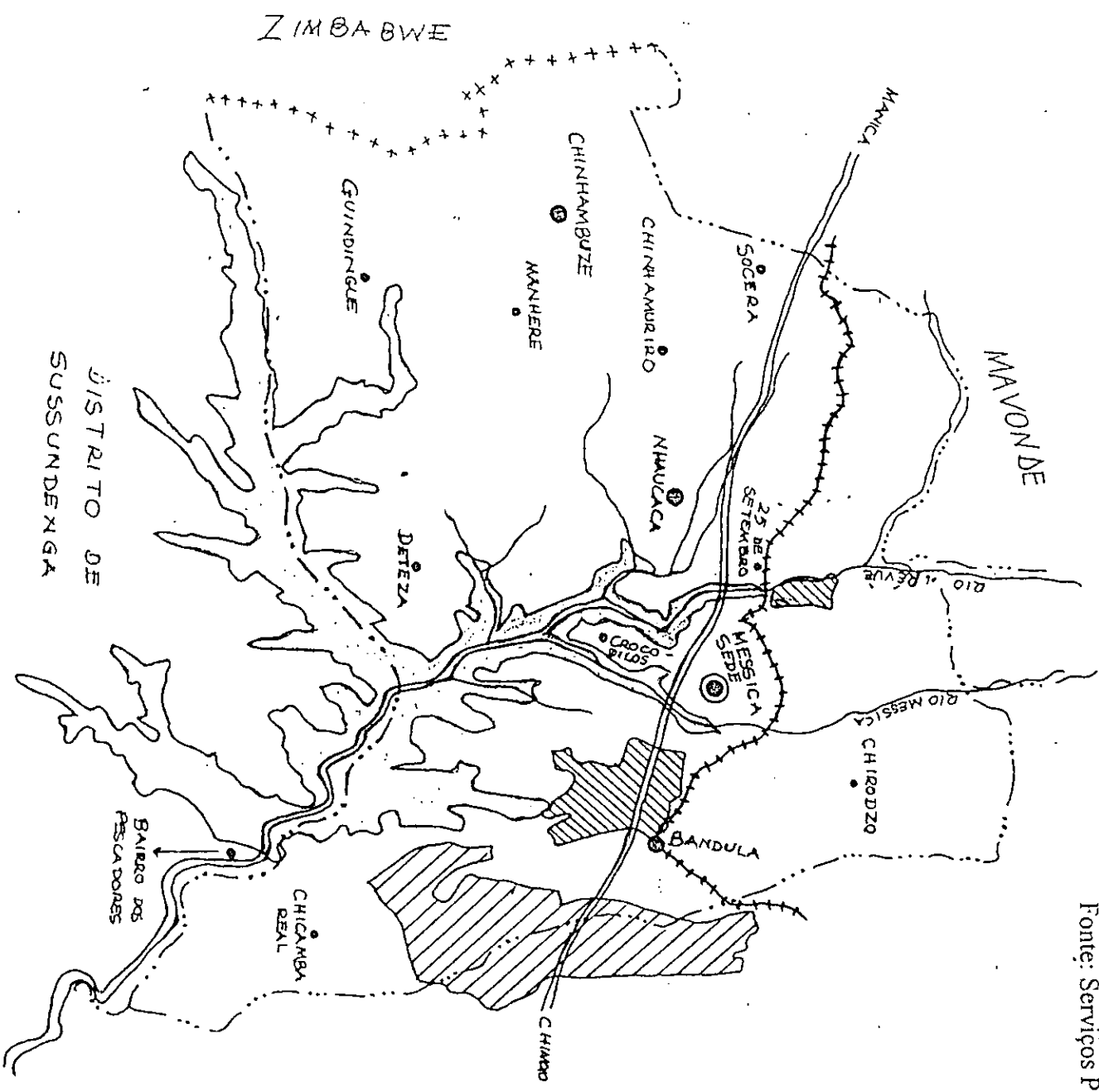


Escala: 1:4 000 000

Fonte: Serviço Provincial de Planeamento Físico de manica, 1994.

POSTO ADMINISTRATIVO DE MESSICA

Mapa 2: Situação Geográfica do Porto administrativo de Messica
 Fonte: Serviços Provinciais de Geografia e Cadástrros de Manica, 1999.



Legenda

- ⊙ SEDE DO POSTO ADMINISTRATIVO
- ⊙ SEDE DA LOCALIDADE
- ALDEIA / POVOADO
- ++++ FRONTEIRA INTERNACIONAL
- LIMITE DO DISTRITO
- LIMITE DO POSTO ADMINISTRATIVO
- ==== ESTRADA NACIONAL (Nº6)
- ~~~~ RIOS
- ~~~~ ALBUFEIRA DE CHICAMBÁ
- ~~~~ FLORESTA DE PINHEIROS
- ~~~~ FLORESTA DE EUCALIPTOS
- ~~~~ CAMINHO DE FERRO

| |
|--|
| Instituição: Departamento de História. UEM |
| Elaborou: Helena Gaspar |
| Data: Fevereiro de 1999 |
| Escala: 1 : 250.000 |

Anexo 2 - População

Tabela 1- Dados referentes ao recenseamento Populacional

| Ano | Homens | Mulheres | Crianças | Total |
|------|--------|----------|---------------------|----------------------|
| 1980 | | | | 25.514 ⁴ |
| 1995 | 6.180 | 7.517 | 25.765 [*] | 57.266 |
| 1997 | 21.268 | 22.004 | | 45.218 ^{**} |

Fonte: Sede do posto administrativo de Messica, 1997.

Dados do recenseamento geral da população e habitação de 1997.⁵

Tabela 2- Messica sede

| Nome ⁶ | Nº casa | Nº agregado | Homens | Mulheres | Total |
|-------------------|---------|-------------|--------|----------|-------|
| Vila de Messica | 479 | 448 | 1.077 | 1.083 | 2.160 |
| Aldeia de Messica | 851 | 798 | 1.860 | 2.040 | 3.900 |
| Matrabulo | 468 | 530 | 1.230 | 1.210 | 2.442 |
| Total | 1.798 | 1.776 | 4.167 | 4.355 | 8.502 |

Tabela 3 - Localidade de Bandula

| Nome | nº casa | nº agregado | Homens | Mulheres | Total |
|------------|---------|-------------|--------|----------|--------|
| Chirodzo | 347 | 385 | 911 | 948 | 1.859 |
| Garuzo | - | - | - | - | 1.946 |
| Ruaca | 269 | 293 | 693 | 668 | 1.361 |
| Bandula | 640 | 615 | 1.484 | 1.589 | 3.073 |
| Mutiunango | 140 | 144 | 351 | 380 | 731 |
| Nova révuè | 275 | 308 | 754 | 761 | 1.515 |
| Chicamba | 386 | 379 | 876 | 864 | 1.740 |
| Kampadza | 162 | 188 | 391 | 405 | 796 |
| Total | 2.219 | 2.312 | 5.460 | 5.615 | 13.021 |

⁴ Enoque, (1994) :14

^{*} Aqui as crianças, independentemente dos sexos, foram tratadas como uma categoria separada dos homens e mulheres adultos.

^{**} As crianças foram também incluídas na categoria dos homens e mulheres.

⁵ Segundo Administração de Messica, 1997.

⁶ Nome da aldeia, comunidade, bairro ou povoado

Anexo 2 - População

Tabela 4 - Localidade de Nhaucaca

| Nome | n° casa | n° agregado | Homens | Mulheres | Total |
|--------------------------------|---------|-------------|--------|----------|--------|
| Nhaucaca sede | 593 | 624 | 1.573 | 1.639 | 3.212 |
| Tandara | 451 | 476 | 1.198 | 1.217 | 2.815 |
| Detedza | 170 | 178 | 466 | 462 | 928 |
| 1 de Maio | 400 | 398 | 850 | 882 | 1.732 |
| Aldeia Zónuè | 331 | 307 | 751 | 783 | 1.534 |
| Aldeia 25 de set. ⁷ | 423 | 458 | 1.072 | 1.081 | 2.155 |
| Total | 1.945 | 1.983 | 5.910 | 6.064 | 11.974 |

Tabela 5 - Localidade de Chinhambuze

| Nome | N° casa | N° agregado | Homens | Mulheres | Total |
|------------------|---------|-------------|--------|----------|--------|
| Socera | 277 | 291 | 739 | 751 | 1.490 |
| Chinhamuriro | 220 | 221 | 474 | 537 | 1.011 |
| Manhene | 251 | 253 | 646 | 647 | 1293 |
| Chinhambuze-sede | 715 | 716 | 1.781 | 1.824 | 3605 |
| Chissamba | 258 | 258 | 442 | 514 | 956 |
| Zónuè-ponte | 384 | 376 | 904 | 949 | 1853 |
| Guindingue | 308 | 328 | 745 | 768 | 1513 |
| Total | 2.413 | 2.443 | 5.731 | 5.990 | 11.721 |
| Total geral | 8.375 | 8.514 | 21.268 | 22.004 | 45.218 |

⁷ Aldeia de Révuè

Anexo 2 - População

Dados do recenseamento populacional referentes à 1980-1995

Tabela 6 - Messica sede

| Nº ordem | Nome | Homens | Mulheres | Crianças | Total |
|----------|------------------------|--------|----------|----------|--------|
| 1 | Messica ⁸ I | 128 | 183 | 472 | 782 |
| 2 | Messica II | 209 | 273 | 746 | 1.227 |
| 3 | Messica III | 208 | 263 | 982 | 1.453 |
| 4 | Messica IV | 201 | 199 | 660 | 1.060 |
| 5 | Messica V | 187 | 206 | 720 | 1.113 |
| 6 | Messica VI | 228 | 273 | 999 | 1.500 |
| 7 | Bº Manica | 209 | 299 | 1.103 | 1.611 |
| 9 | Bº Chimoio | 241 | 303 | 1.458 | 2.002 |
| 9 | Bº Bandula | 75 | 98 | 495 | 668 |
| 10 | Bº 7 abril | 109 | 81 | 532 | 722 |
| 11 | Bº Machipanda | 189 | 200 | 551 | 940 |
| 12 | Bº Mutsé | 116 | 144 | 597 | 857 |
| 13 | Mutamba | 135 | 195 | 815 | 1.145 |
| | Total | 2.235 | 2.610 | 10.020 | 15.080 |

⁸ Refere-se aos bairros que compõem a vila de Messica (Zona de cimento)

⁹ Refere-se aos bairros que compõem a aldeia de Messica

Anexo 2 - População

Tabela 7 - Localidade de Nhaucaca

| Nº Ordem | Nome | Homens | Mulheres | Crianças | Total |
|----------|------------------------|--------|----------|----------|--------|
| 14 | Nhaucaca | 404 | 508 | 1.649 | 2.561 |
| 15 | Detedza | 512 | 530 | 1.532 | 2.574 |
| 16 | 25 de setembro (Révuè) | 260 | 371 | 912 | 1.543 |
| 17 | 1 de Maio (Zónuè) | 220 | 235 | 702 | 1.157 |
| 18 | 25 de junho (Zónuè) | 105 | 99 | 100 | 304 |
| 19 | 7 de abril (Zónuè) | 208 | 188 | 674 | 1.070 |
| 20 | 25 de setembro (Zónuè) | 91 | 111 | 345 | 547 |
| 21 | Tandara I | 61 | 103 | 90 | 256 |
| 22 | Tandara II | 18 | 24 | 77 | 116 |
| Total | | 1.879 | 2.169 | 6.083 | 10.131 |

Tabela 8 - Localidade de Chinhambuze

| Nº Ordem | Nome | Total |
|----------|------------------|--------|
| 23 | Chinhambuze-sede | 3.105 |
| 24 | Chinhamuriro | 1.656 |
| 25 | Manhene | 1.667 |
| 26 | Socera | 1.313 |
| 27 | Guindingui | 2.427 |
| 28 | Zónuè ponte | 2.210 |
| 29 | Chissamba | 824 |
| 30 | Chirodzo | - |
| Total | | 17.490 |

Anexo 2 -População.

Tabela 9 - Localidade de Bandula

| Nº ordem | Nome | Homens | Mulheres | Crianças | Total |
|----------|------------------------|--------|----------|----------|--------|
| 31 | Bandula I | 292 | 410 | 1.490 | 2.292 |
| 32 | Garuzo | 328 | 434 | 1.510 | 2.272 |
| 33 | Bandula II | 124 | 131 | 529 | 764 |
| 34 | Retornados/Zimbábwe | 9 | 11 | 41 | 61 |
| 35 | Nova/Révuè | 335 | 395 | 1.304 | 2.034 |
| 36 | 25 setembro (Chicamba) | 242 | 423 | 1.394 | 2.241 |
| 37 | Bandula III | 112 | - | 758 | 1.041 |
| 38 | Mutiunango | 174 | 177 | 883 | 1.301 |
| 39 | MatrabuLo | - | 244 | - | 570 |
| 40 | Chirodzo | 308 | - | 1.652 | 2.553 |
| | Total Geral | 6.180 | 7.517 | 25.765 | 57.266 |

Anexo 3 - Terras

Tabela 1-Lista dos elementos que requereram licenças precárias

| Nº Ordem | Nome | Área Ocupada (Ha) | Local |
|----------|---------------------------------------|-------------------|---------------------------------|
| 1 | António Viégas | 250 | Antiga prop. Pereira. |
| 2 | Cristóvão Coperatino | 250 | Antiga Prop.Salvador |
| 3 | Augusto Sabão | 100 | " Agostinho |
| 4 | João Mesa | 50 | Chinhambudze |
| 5 | António Tomossene | 30 | " |
| 6 | Domingos Chaleca | 65 | Chinhamuriro |
| 7 | Cristina Catandica | 20 | Chinhambudze |
| 8 | Manuel Coelho | 1000 | Garudzo |
| 9 | Fernajo Dembo | 250 | " |
| 10 | Vasco Semente | 70 | Chicamba |
| 11 | Inácio Macucule | 100 | " |
| 12 | Augusto Leonor | 100 | Mutuanango |
| 13 | Pina ⁹ | | |
| 14 | Simão Muagula | 150 | Antiga Prop. Salvador |
| 15 | António Macipeia | 7 | Bandula |
| 16 | Melo Semo | 50 | " |
| 17 | Kenese Mataruca | 50 | Socera |
| 18 | Pedro Sixpence | 196 | Chinhambudze |
| 19 | Fernando Zandamela | 250 | Antiga Prop.Costa. |
| 20 | Mogen Candeeiro | 50 | " |
| 21 | Tobias Jairosse | 100 | Chirodzo |
| 22 | Ramai Viola | 30 | Antiga Prop.Amaral |
| 23 | Jonh Sairosse | 50 | " (Chirodzo) |
| 24 | Alfredo Mapingue | 50 | Mafene |
| 25 | Mouzinho Mbofana | 100 | Nova Révuè |
| 26 | Singai Lampião | 100 | Bandula |
| 27 | Coop. Chiringanzwo | 100 | " |
| 28 | Coop. Tandara I | 100 | Nhaucaca |
| 29 | Coop.7 de Set. | 250 | Chinhambudze |
| 30 | Joaquim Munhepe | 250 | Bandula |
| 31 | Tabacos de Zónue (Empresa/tabacos) | 4.000 | Antiga Farma de tabaco de Zónue |
| 32 | José Jonhson | 50 | Chirodzo |
| 33 | Jerónimo Mataruca | 100 | Nhaucaca |
| 34 | Paulo Feniase | 1000 | Matrabelo |
| 35 | Paulo Cintura | 350 | " |
| 36 | José Samba | 3 | Chirodzo |
| 37 | Samore Guizague | 1 | Socera |
| 38 | Chinuidze Chiduma | 80 | Ruaca |
| 39 | Lino Mamudo | 90 | " |
| 40 | Tauzira Arão | 50 | Chinhamuriro |
| 41 | Evaristo Tamissai | 100 | Zónuè Ponte |
| 42 | Benjamim Peter | 30 | Chinhambudze |
| 43 | Will Chirara | 30 | " |
| 44 | Eduardo Sansão | 250 | " |
| 45 | Augusto Fernando | 500 | Socera |
| 46 | Vicente Lourenço | 25 | Antiga Prop. Heia |
| 47 | Muchanga | 100 | Nhaucaca ¹⁰ |

⁹ Organizações Palmeiras que se dedica à criação de crocodilos

| | | | |
|----|---------------------|----|---------------------|
| 48 | Francisco Tchadzuka | 25 | Ruaca |
| 49 | Paulino Tembo | 50 | Bandula |
| 50 | Seta Máquina | 80 | Garudzo |
| 51 | Ramai Viola | 10 | Antiga Prop. Amaral |
| 52 | Maria Godzi | 50 | Nhaucaca |

Fonte: Técnico da Agricultura do Posto

Tabela 2- Dados referentes a produção das associações e cooperativas locais durante a campanha agrícola 97/98.

| Nº de Ordem | Assoc/Coop. | Nº de Membros | Actividade | Local | Produção Média (ha)/camponês | Produção Total (ha) |
|-------------|------------------------------------|---------------|-------------|--------------------|------------------------------|---------------------|
| 1 | Agricultores de Chinhambuzeguingwe | 14 | Algodão | Chinhambuzeguingwe | 2,5 | 33 |
| 2 | Agricultores de Chinhambuze | 36 | Algodão | Chinhambuze | 1,5 | 56,5 |
| 3 | Agricultores de tabaco | 488 | Tabaco | Todo posto | 0,3 | 112,4 |
| 4 | Pescadores de Révuè | 11 | Pesca | Révuè | | |
| 5 | Pescadores | 8 | Pesca | [Messica] | | |
| 6 | Coop. Chiringazwo | | Agricultura | Bandula | | 100 |
| 7 | Coop. Tandara I | | Agricultura | Nhaucaca | | 100 |
| 8 | Coop. 25 de setembro. | | Agricultura | Chinhambuze | | 250 |

Fonte: Técnico da agricultura do posto.

Tabela 3- Efectivo do gado existente no aloramento de 1998.

| Gado | Bovino | Caprino | Suíno | Ovelhas | Asseninos |
|-------|--------|---------|-------|---------|-----------|
| Total | 8563 | 9508 | 1007 | 268 | 21 |

Fonte: Posto Administrativo de Messica, 1998.

¹⁰ Exploração Agrícola de Lenha.

Anexo 4 -Meio ambiente.

Tabela 5- Situação geral das florestas da IFLOMA

| Nº Ordem | Local | Superf. Total Disponível (Ha) | Zona de Expansão (Ha) | Total de Florestas (Ha) | Florestas destruídas (Ha) | Floresta Remanescente (Ha) |
|----------|------------|-------------------------------|-----------------------|-------------------------|---------------------------|----------------------------|
| 1 | Chiminhoca | | | 1.241,17 | 789,9 | |
| 2 | Penhalonga | 9.460,98 | 4.713,10 | 3.747,88 | 1.942,86 | 1.805,02 |
| 3 | Rotanda | 8.205,50 | 1.222,90 | 6.938,00 | 2.528,35 | 4.399,65 |
| 4 | Bandula | 9.836,00 | 4.435,18 | 4.212,00 | 3.083,82 | 1.128,65 |
| 5 | Cafumpe | 1.295,00 | 762,48 | 660,00 | 145,74 | 514,26 |
| 6 | Total | 27.797,48 | 11.133,66 | 15.557,88 | 7.710,77 | 7.847,11 |

Fonte: IFLOMA. Resumo da Áreas Florestais da IFLOMA. 1997.

Tabela 6-Situação geral dos solos do posto administrativo de Messica

| Nº Ordem | Local | -Tipo de Solo | Cor |
|----------|----------------------|---------------------|-----------------------------------|
| 1 | Manhene | Arenoso Argiloso | Vermelho escuro |
| 2 | Guindingue | " | Vermelho acinzentado |
| 3 | Zónuè Ponte | " | Vermelho acinzentado escuro |
| 4 | Detedza | " | Preto acastanhado |
| 5 | Chinhambudze Sede | Arenoso | Preto amarelado, vermelho |
| 6 | Chirodzo | Arenoso escuro | Vermelho escuro |
| 7 | Nhaucaca | " | Preto |
| 8 | Bandula | Arenoso argiloso | Vermelho escuro, preto e cinzento |
| 9 | Garudzo | Arenoso | Vermelho, preto e amarelo |
| 10 | Messica Sede | Arenoso escuro | Castanho escuro |
| 11 | Chicamba | Castanho pedregoso | " |

Fonte: Técnico da Agricultura do posto administrativo de Messica, 10.06.96